

Eletrônico



Estratégia
CONCURSOS

Aul

Contabilidade de Custos e Análise do ICMS-RS (Auditor Fiscal) Com Videaulas - Pós-Edital

Professor: Luciano Rosa

CONTABILIDADE DE CUSTOS: 1 CONCEITOS GERAIS E TERMINOLOGIA APLICÁVEL À CONTABILIDADE DE CUSTOS. 2 CONCEITOS E CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS.

1 - APRESENTAÇÃO	2
2 - COMO FUNCIONARÁ O CURSO DE CONTABILIDADE?	3
3 - FUNÇÕES DA CONTABILIDADE DE CUSTOS, FINANCEIRA E GERENCIAL	8
3.1 - CONTABILIDADE FINANCEIRA	8
3.2 - CONTABILIDADE GERENCIAL	9
3.3 - DEFINIÇÃO DE CONTABILIDADE GERENCIAL – SÉRGIO DE IUDÍCIBUS	9
3.4 - CONTABILIDADE DE CUSTOS	11
4 - CUSTO: CONCEITO, NOMENCLATURAS APLICÁVEIS À CONTABILIDADE DE CUSTOS, CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS, SISTEMAS DE CUSTEIO, FORMAS DE PRODUÇÃO, MÉTODOS DE CUSTEIO E SISTEMAS DE CONTROLE DE CUSTO	12
4.1 – CONCEITO	12
4.2 - NOMENCLATURAS APLICÁVEIS À CONTABILIDADE DE CUSTOS	12
5 - CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS	22
5.1 - CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS	22
5.2 - CUSTOS FIXOS E VARIÁVEIS	22
5.3 - CUSTOS SEMIFIXOS	23
5.4 - CUSTOS SEMI VARIÁVEIS	23
5.5 - COMPORTAMENTO DOS CUSTOS VARIÁVEIS E DOS CUSTOS FIXOS UNITÁRIOS E TOTAIS	23
5.6 - CUSTOS CONTROLÁVEIS E NÃO CONTROLÁVEIS	24
6 - SISTEMA DE CUSTOS	25
6.1 - FORMAS DE PRODUÇÃO	25
7 - MÉTODO DE CUSTEIO	26
7.1 - CUSTEIO POR ABSORÇÃO:	26
7.2 - CUSTEIO VARIÁVEL OU CUSTEIO DIRETO	26
8 - SISTEMAS DE CONTROLE DE CUSTOS	27
9 - OBJETOS DE CUSTOS	27
10 - PRINCÍPIOS CONTÁBEIS APLICADOS A CONTABILIDADE DE CUSTOS	28
10.1 - PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE	29
10.2 - PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA	30
10.3 - PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL	31
10.4 - PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA	33
11 - RESUMO GERAL	34
12 - QUESTÕES COMENTADAS	36
13 - LISTA DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA	58
14 - GABARITO DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA	64



1 - APRESENTAÇÃO



Olá, meus amigos. Como estão?

Sejam bem-vindos ao **Estratégia Concursos**, simplesmente o **melhor curso preparatório para concursos deste país!**

É com grande satisfação que estamos aqui para ministrar para vocês o curso de **Contabilidade de Custos e Análise para ICMS-RS (Auditor Fiscal)!**

Antes de começarmos nosso curso, permita que nos apresentemos:

Meu nome é **Gabriel Rabelo**, sou **Auditor Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro** e **professor de direito empresarial e contabilidade** no site do **Estratégia**.

Autor dos livros **1.001 Questões Comentadas de Direito Empresarial – FCC** e **1.001 Questões Comentadas de Direito Administrativo – ESAF**, este último em coautoria com a professora Elaine Marsula, ambos publicados pela Editora Método.

Meu nome é **Luciano Rosa**, sou **Agente Fiscal de Rendas da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo**, e **professor de contabilidade para concursos** no site do **Estratégia**.

Lançamos juntos, pela **Editora Método**, o livro **Contabilidade Avançada Facilitada para Concursos – Teoria e questões** e mais de 200 questões comentadas. Este livro é baseado nos Pronunciamentos Contábeis emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e está disponível para venda no site da editora e nas diversas livrarias.

Contaremos também neste curso com o apoio do professor **Julio Cardozo**, **Auditor Fiscal da Receita Estadual do Estado do Espírito Santo**. O **fórum de dúvida deste curso e os mapas mentais estarão, principalmente, a cargo dele**.

Vejam que somos três professores totalmente dedicados à sua aprovação.



2 - COMO FUNCIONARÁ O CURSO DE CONTABILIDADE?

Edital na praça!

O edital foi publicado nesta quinta-feira, (12) de setembro, as provas serão realizadas nos dias 02 e 03 de fevereiro de 2019. A banca examinadora é a Centro de Seleção e Promoção de Eventos – CESPE e ao todo são ofertadas 50 vagas para os cargos de Auditor Fiscal da Receita Estadual.

Para se candidatar a uma das vagas é requisito formação superior nas áreas de: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia ou Tecnologia da Informação.

Sobre a remuneração, grande interesse de todos, falamos que é possível ganhar aproximadamente R\$ 20.463,50 (vencimento básico mensal, acrescido de Prêmio de Produtividade e Eficiência variável, correspondente ao mês de julho de 2018) por mês como Auditor Fiscal da Receita Estadual., regime de trabalho é de 40 horas semanais.

Uma das grandes oportunidades do ano de 2019, é claro, se você tem a formação necessária!

Façamos uma pequena análise do edital.

As provas do concurso estão descritas no quadro a seguir.

PROVA/TIPO	COMPONENTES DAS PROVAS OBJETIVAS	NÚMERO DE QUESTÕES	NÚMERO MÍNIMO DE PONTOS	CARÁTER
Objetiva Bloco I	Língua Portuguesa	26	13	Eliminatório e classificatório
	Direito Empresarial, Direito Civil e Direito Penal	28	14	
	Tecnologia da Informação	26	13	
	Matemática e Raciocínio Lógico	20	10	
Objetiva Bloco II	Contabilidade	30	15	
	Direito Administrativo e Direito Constitucional	20	10	
	Direito Tributário	30	15	
Objetiva Bloco III	Legislação Tributária Estadual do Rio Grande do Sul	40	20	
	Auditoria Contábil e Auditoria Fiscal	40	20	

As provas objetivas Blocos I, II e III, de caráter eliminatório e classificatório, valerão 260,00 pontos e abrangerão os objetos de avaliação constantes do item 12 do edital.

As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com cinco opções (A, B, C, D e E), sendo uma única resposta correta, de acordo com o comando da questão.

Será aprovado nas provas objetivas o candidato que obtiver cumulativamente, no mínimo, 50% de acertos em cada uma das provas objetivas e, no mínimo, 156,00 pontos no conjunto das provas objetivas Blocos I, II e III.



A **Contabilidade** está prevista dentro da Prova Objetiva Blocos II. A nossa linda e querida disciplina representa 30 questões de um total de 80 questões. Ou melhor, representa 37,50% da Prova Objetiva Blocos II. Não resta dúvidas de sua importância.

Façamos uma pequena análise da ementa do edital.

O primeiro aspecto digno de nota é que, num só edital, sob a máscara do título contabilidade, temos ao menos quatro disciplinas: contabilidade geral, contabilidade de custos, análise das demonstrações contábeis e contabilidade avançada. Embora esta classificação se dê somente para efeitos didáticos, não deixam de ser subdivisões, ganhando volume no estudo.

Este nosso curso é direcionado para as disciplinas de Contabilidade de Custos e Análise Empresarial e Financeira.

A ementa de Análise Empresarial e Financeira é a seguinte:

Análise Empresarial e Financeira: 1 Objetivo da Análise de Balanços. 2 Análise da Evolução Temporal e de Composição: Análise Vertical e Horizontal. 3 Indicadores de Situação Financeira. 4 Índices de Liquidez: objetivos, características e interpretação. 5 Forma de Financiamento dos Ativos e Imobilização de Capitais. 6 Indicadores de Avaliação do Passivo: Endividamento. 7 Indicadores de Ciclo Operacional e Financeiro. 8 Indicadores de Desempenho e Lucratividade: características, análise, controle e interpretação. 9 Margem Bruta, Margem Operacional e Margem Líquida. 10 Indicadores de Retorno. 11 Análise do Capital de Giro, Capital Circulante Líquido. 12 Capital de Giro Próprio e Capital Permanente Líquido. 13 Imobilização do Capital Próprio. 14 Indicadores de Rentabilidade. 15 Margens de Lucro sobre as Vendas. Giro do Ativo. 16 Taxa de Retorno sobre os Investimentos.

A ementa de Contabilidade de Custos é a seguinte:

Contabilidade de Custos: 1 Conceitos gerais e terminologia aplicável à contabilidade de custos. 2 Conceitos e classificação dos custos. 3 Apropriação dos custos à produção: conceito e critérios de atribuição dos custos. 4 Departamentalização: conceito, tratamento contábil, forma de apropriação e impacto no custo do produto. 5 Taxa de aplicação dos custos indiretos de produção. 6 Apuração da produção acabada, dos produtos em elaboração e dos produtos vendidos. 7 Utilização de equivalentes de produção. 8 Tipos de produção (conceito, aplicabilidade, tratamento contábil e apropriação dos custos): produção por ordem, produção contínua, produção conjunta. 9 Tipos de custeio: conceitos, diferenciações, apropriação dos custos, impactos nos resultados. 10 Formas de controle dos custos. 11 Custos estimados: conceito, tratamento contábil, análise das variações. 12 Custos controláveis: conceito, tratamento contábil e aplicação. 13 Custo padrão: conceito, tratamento contábil, aplicação e análises das variações. 14 Margem de contribuição: conceito, cálculos e aplicação. 15 Análise do custo x volume x lucro. 16 Variações do ponto de equilíbrio. 17 Grau de alavancagem operacional. 18 Margem de segurança.

Façamos uma pequena análise das nossas disciplinas.

Na análise das demonstrações contábeis, comparamos informações principalmente do Balanço Patrimonial e da Demonstração dos Resultados na elaboração de índices. Naturalmente, a Análise Econômico-financeira usa vários índices, abordando a Situação Financeira (liquidez), Estrutura de capital (endividamento), Situação Econômica (rentabilidade) e nível de atividade (índices de rotação de Estoques, fornecedores, etc).

A Contabilidade de custos apresenta uma característica interessante. A parte teórica não é difícil. Mas é essencial a resolução de questões para fixar a matéria e pegar velocidade.



Além disso, trataremos, sempre que possível e necessário, das modificações contábeis introduzidas pela Lei 11.638/07 e 11.941/09, além dos Pronunciamentos Contábeis emanados pelo CPC.

Para ajudá-los, vamos oferecer aqui no Estratégia um curso completo que começará hoje, nesta aula, terminando dentro de poucos meses, tempo suficiente para se ler o curso mais algumas vezes e fazer um bom pente fino!

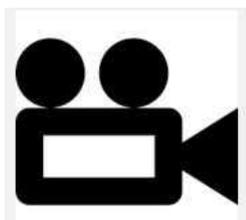
Enfim, se você procura uma preparação focada, objetiva, consistente, atualizada e com uma quantidade boa de questões comentadas do CESPE, então venha estudar conosco.

Além disso, você terá a vantagem de utilizar **somente** o material que disponibilizaremos aqui. Ele será suficiente para resolver todas as questões da prova!

Cada dia a mais que transcorre é um dia a menos na preparação. Estudar para este concurso exige foco e preparação. Quem sair à frente certamente terá uma base mais sólida e forte para concorrer a uma vaga do concurso.

Inscrevendo-se neste curso, você estará se matriculando no curso de **Contabilidade de Custos para Auditor de Tributos Estaduais, do Estado do Rio Grande do Sul**. E o que isso significa?

A sua principal característica é que você está adquirindo uma preparação completa desta disciplina para este concurso específico.



Assim, **uma vez que será apresentado junto de um bom acervo de videoaulas, este curso será uma ótima oportunidade para aqueles que desejam aprender a contabilidade de Custos e Análise das Demonstrações Contábeis de maneira mais sólida e objetiva.**

Os principais destaques deste curso são:

- Conteúdo teórico completo, apresentado com objetividade e de modo fácil.
- Grande acervo de questões comentadas da CESPE. Se houver necessidade, usaremos questões de outras bancas.
- Não há exigência de conhecimento prévio.
- Contato direto com o professor para responder dúvidas.
- Material atualizado.
- Apresentação de videoaulas para consolidação do assunto

Estamos à disposição para sanar as dúvidas que surjam no decorrer do curso.

Atenção! Nem todas as aulas possuem videoaulas por enquanto. Estamos em processo de gravação e postaremos mais vídeos ao longo do curso. Ademais, por ser este curso essencialmente um PDF, pode ser que nem todos os tópicos do curso estejam minuciosamente gravados. Mas, creiam, isso não será um problema!





Nossas aulas, por seu turno, serão assim divididas:

AULA	CONTEÚDO
Aula 0	CONTABILIDADE DE CUSTOS: 1 Conceitos gerais e terminologia aplicável à contabilidade de custos. 2 Conceitos e classificação dos custos.
Aula 1	3 Apropriação dos custos à produção: conceito e critérios de atribuição dos custos. 4 Departamentalização: conceito, tratamento contábil, forma de apropriação e impacto no custo do produto. 5 Taxa de aplicação dos custos indiretos de produção. 6 Apuração da produção acabada, dos produtos em elaboração e dos produtos vendidos
Aula 2	8 Tipos de produção (conceito, aplicabilidade, tratamento contábil e apropriação dos custos): produção por ordem, produção contínua, produção conjunta. 7 Utilização de equivalentes de produção.
Aula 3	9 Tipos de custeio: conceitos, diferenciações, apropriação dos custos, impactos nos resultados.
Aula 4	10 Formas de controle dos custos. 11 Custos estimados: conceito, tratamento contábil, análise das variações. 12 Custos controláveis: conceito, tratamento contábil e aplicação. 13 Custo padrão: conceito, tratamento contábil, aplicação e análises das variações.
Aula 5	14 Margem de contribuição: conceito, cálculos e aplicação. 15 Análise do custo x volume x lucro. 16 Variações do ponto de equilíbrio. 17 Grau de alavancagem operacional. 18 Margem de segurança.
Aula 6	ANÁLISE EMPRESARIAL E FINANCEIRA: 1 Objetivo da Análise de Balanços. 2 Análise da Evolução Temporal e de Composição: Análise Vertical e Horizontal. 3 Indicadores de Situação Financeira. 4 Índices de Liquidez: objetivos, características e interpretação. 5 Forma de Financiamento dos Ativos e Imobilização de Capitais. 6 Indicadores de Avaliação do Passivo: Endividamento. 7 Indicadores de Ciclo Operacional e Financeiro.
Aula 7	Indicadores de Desempenho e Lucratividade: características, análise, controle e interpretação. 9 Margem Bruta, Margem Operacional e Margem Líquida. 10 Indicadores de Retorno. 11 Análise do Capital de Giro, Capital Circulante Líquido. 12 Capital de Giro Próprio e Capital Permanente Líquido. 13 Imobilização do Capital Próprio. 14 Indicadores de Rentabilidade. 15 Margens de Lucro sobre as Vendas. Giro do Ativo. 16 Taxa de Retorno sobre os Investimentos.
Aula 8	Resumo geral de custos e questões extras. Prof. Julio Cardozo.
Aula 9	Resumo geral de análise e questões extras. Prof. Julio Cardozo.

É isso, pessoal! Esperamos encontrar vocês nos próximos encontros.

Gabriel Rabelo/Luciano Rosa/Julio Cardozo

Se ainda está em dúvida do nosso comprometimento em fazer o melhor material possível para vocês, vejam alguns comentários sobre o nosso no site do Estratégia:

MUITO BOM E ATUALIZADO!! PARABÉNS!!!
Parabéns!! Os PDF's e os vídeos estão com uma linguagem bem acessível e objetiva!
EXCELENTE!
Ótimo professor, ótima didática! Super satisfeita!
<i>O curso é excelente, professores de Parabéns!!</i>

Sigam as nossas redes sociais para muitas e muitas dicas de contabilidade para concursos:

Facebook: Contabilidade para Concursos – Grupo de Estudos

Instagram: @contabilidadefacilitada

Quaisquer dúvidas:



Temos o destino que merecemos! O nosso destino está de acordo com os nossos méritos!
(Albert Einstein)



3 - FUNÇÕES DA CONTABILIDADE DE CUSTOS, FINANCEIRA E GERENCIAL.

A **principal função da contabilidade é a de fornecer informações úteis para a tomada de decisão**. Podemos dividir os usuários em dois grandes grupos: usuários externos e usuários internos.

3.1 - CONTABILIDADE FINANCEIRA

Entre os usuários externos das demonstrações contábeis incluem-se investidores atuais e potenciais, empregados, credores por empréstimos, fornecedores e outros credores comerciais, clientes, governos e suas agências e o público. Eles usam as demonstrações contábeis para satisfazer algumas das suas diversas necessidades de informação.



Usuários da contabilidade	
Usuários externos	Investidores atuais
	Investidores potenciais
	Empregados
	Credores
	Fornecedores
	Clientes
	Governos e agências
Público	

As **demonstrações contábeis destinadas aos usuários externos precisam ter credibilidade**. Se uma empresa começa a apresentar resultados ruins, que deterioram a sua situação patrimonial e financeira, o que a impede de “melhorar” os números das demonstrações?

Afinal, uma empresa em dificuldades não tem crédito na praça. Os fornecedores exigem pagamento à vista (às vezes até antecipado), os bancos não emprestam, e a empresa pode acabar falindo.

Para conferir credibilidade aos demonstrativos, as empresas devem seguir os princípios contábeis. Há regras estritas sobre o que deve ser contabilizado, como realizar o reconhecimento da receita, enfim, todo o arcabouço que compõe a contabilidade financeira.

Além disso, para as grandes empresas e as sociedades por ações, há o parecer dos auditores independentes, atestando que as demonstrações representam adequadamente a situação da empresa.

As informações destinadas aos usuários externos são elaboradas pela **contabilidade financeira**, através das demonstrações contábeis.

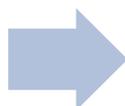
3.2 - CONTABILIDADE GERENCIAL

Para os **usuários internos (administração da empresa)**, a situação muda totalmente. Não há necessidade de credibilidade. Como a administração controla a elaboração das informações, não iria “enganar a si mesma”, com informações falsas.

Assim, a **contabilidade gerencial** não se prende a nenhuma convenção ou princípio contábil. Os relatórios da contabilidade gerencial devem atender à necessidade de informação da administração da empresa.



Contabilidade gerencial



Não se prende a convenção ou princípio.

Para isso, usam conceitos e técnicas oriundos de diversas disciplinas, como a contabilidade, custos, análise de balanço, economia, estatística, administração de empresas etc.

A Associação Nacional dos Contadores dos Estados Unidos define Contabilidade Gerencial como **o processo de identificação, mensuração, acumulação, preparação, interpretação e comunicação de informações financeiras utilizadas pela administração para planejamento, avaliação e controle dentro de uma organização e para assegurar e contabilizar o uso apropriado de seus recursos**. (Clóvis Luiz Padoveze, Contabilidade Gerencial, Editora Atlas, 2ª Edição, 1997).

3.3 - DEFINIÇÃO DE CONTABILIDADE GERENCIAL – SÉRGIO DE IUDÍCIBUS

Para Sérgio de Iudícibus, “a contabilidade gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise financeira e de balanços etc., colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório”. (Sérgio de Iudícibus, Contabilidade Gerencial, Editora Atlas, 3ª Edição, 1984).



Comparação entre a Contabilidade Gerencial e a Contabilidade Financeira:

Fator	Contabilidade Financeira	Contabilidade Gerencial
Usuários dos relatórios	Externos e Internos	Internos
Objetivo dos relatórios	Facilitar a análise financeira para as necessidades dos usuários externos	Objetivo especial de facilitar o planejamento, controle, avaliação de desempenho e tomada de decisão internamente.
Forma dos relatórios	Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Orçamentos, contabilidade por responsabilidade, relatórios de desempenho, relatórios de custos, relatórios especiais não rotineiros para facilitar a tomada de decisão.
Frequência dos relatórios	Anual, trimestral e ocasionalmente mensal	Quando necessário pela administração
Custos ou valores utilizados	Primariamente históricos (passados)	Históricos e esperados (previstos)
Bases de mensuração usadas para quantificar os dados	Moeda corrente	Várias moedas (moeda corrente, moeda estrangeira - moeda forte, medidas físicas, índices, etc.)
Restrições nas informações fornecidas	Princípios contábeis Geralmente Aceitos	Nenhuma restrição, exceto as determinadas pela administração.
Arcabouço teórico e técnico	Ciências Contábil	Utilização pesada de outras disciplinas, como economia, finanças, estatística, pesquisa operacional e comportamento organizacional.
Características da informação fornecida	Deve ser objetiva (sem viés), verificável, relevante e a tempo	Deve ser relevante e a tempo, podendo ser subjetiva, possuindo menos verificabilidade e menos precisão.
Perspectiva dos relatórios	Orientação histórica	Orientada para o futuro para facilitar o planejamento, controle e avaliação de desempenho antes do fato (para impor metas), acoplada com uma orientação histórica para avaliar os resultados reais (para o controle posterior do fato).

(Fonte: Clóvis Luiz Padoveze, "Contabilidade Gerencial", Editora Atlas, 1997)



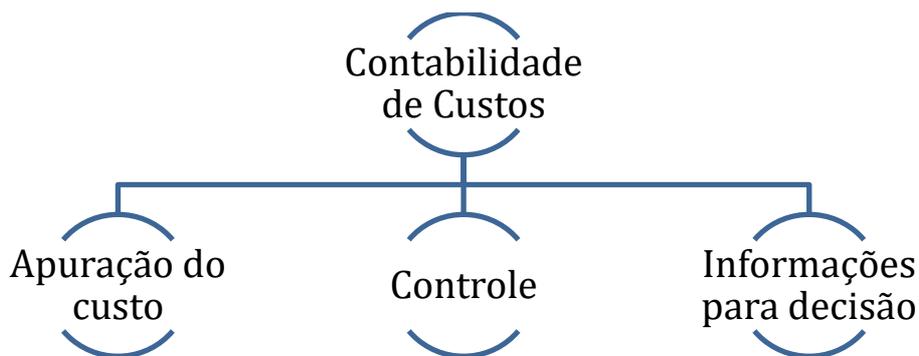
3.4 - CONTABILIDADE DE CUSTOS

Este ramo da contabilidade surgiu com a Revolução Industrial, no século XVIII. O surgimento de empresas industriais, com processos de produção cada vez mais complexos, exigia uma técnica de apuração do custo dos produtos mais elaborada que as empresas comerciais.

Assim, a Contabilidade de Custos tinha, inicialmente, como principal função a avaliação de estoques nas empresas industriais.

Atualmente, a **Contabilidade de Custos fornece informações tanto para a Contabilidade Financeira (apuração dos estoques e do custo das vendas, elaborado a partir dos princípios contábeis) quanto para a Contabilidade Gerencial (custo-padrão, custos para decisão, para controle, etc).**

Podemos dizer que a Contabilidade de Custos apresenta três grandes áreas de atuação: **apuração do custo, controle e informações para decisão**, as quais serão analisadas nas aulas seguintes.



4 - CUSTO: CONCEITO, NOMENCLATURAS APLICÁVEIS À CONTABILIDADE DE CUSTOS, CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS, SISTEMAS DE CUSTEIO, FORMAS DE PRODUÇÃO, MÉTODOS DE CUSTEIO E SISTEMAS DE CONTROLE DE CUSTO.



Para a definição dos diversos conceitos de custos, vamos nos basear no livro “**Contabilidade de Custos**”, do Prof. Eliseu Martins, Editora Atlas, 10ª Edição, 2010. As bancas costumam cobrar questões literais deste livro.

4.1 – CONCEITO

Custo: é o gasto relativo à bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços. ¹

Ou seja, os gastos relacionados com a produção de bens e serviços são custos. Exemplos: matéria prima, mão de obra usada na produção, energia elétrica da fábrica, etc.

4.2 - NOMENCLATURAS APLICÁVEIS À CONTABILIDADE DE CUSTOS

Gasto: compra de um produto ou serviço qualquer, que gera sacrifício financeiro para a entidade (desembolso), sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro). ²

Conceito muito abrangente, pode ser aplicado a todos os bens e serviços recebidos. Assim, temos Gastos com a compra de matérias-primas, Gastos com mão-de-obra, Gastos com honorários da diretoria, Gasto na compra de imobilizado, etc.

Desembolso: pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço. ³

Investimento: gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s). ⁴

¹ . (Eliseu Martins, ‘Contabilidade de Custos’, 10ª Edição).

² . (Eliseu Martins, ‘Contabilidade de Custos’, 10ª Edição).

³ . (Eliseu Martins, ‘Contabilidade de Custos’, 10ª Edição).

⁴ . (Eliseu Martins, ‘Contabilidade de Custos’, 10ª Edição).



Os investimentos são os **gastos que ficam “estocados” nos ativos da empresa**, e que são baixados através da venda ou do seu consumo.

Podem ser de diversas naturezas e de períodos de ativação variados. A matéria-prima é um gasto contabilizado temporariamente como investimento circulante. A máquina é um gasto que se transforma num investimento permanente. As ações adquiridas de outras empresas são gastos comumente classificados como investimentos financeiros.

Custos: gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.⁵

Segundo Eliseu Martins, o custo é também um gasto, só que reconhecido como tal, isto é, como custo, no momento da utilização dos fatores de produção (bens e serviços), para a fabricação de um produto ou execução de um serviço. Exemplos - a matéria-prima foi um gasto na sua aquisição que imediatamente se tornou investimento, e assim ficou durante o tempo de sua estocagem, sem que aparecesse nenhum Custo associado a ela. No momento de sua utilização na fabricação de um bem, surge o Custo da matéria-prima como parte integrante do bem elaborado. Este, por sua vez, é de novo um investimento, já que fica ativado até sua venda.

Despesa: bem ou serviço consumido diretamente ou indiretamente para a obtenção de receitas.⁶

Esse conceito costuma provocar alguma confusão, e é explorado em provas.

“O equipamento usado na fábrica, que fora gasto transformado em investimento e posteriormente considerado parcialmente como custo torna-se, na venda do produto feito, uma despesa.” (Eliseu Martins, obra citada).

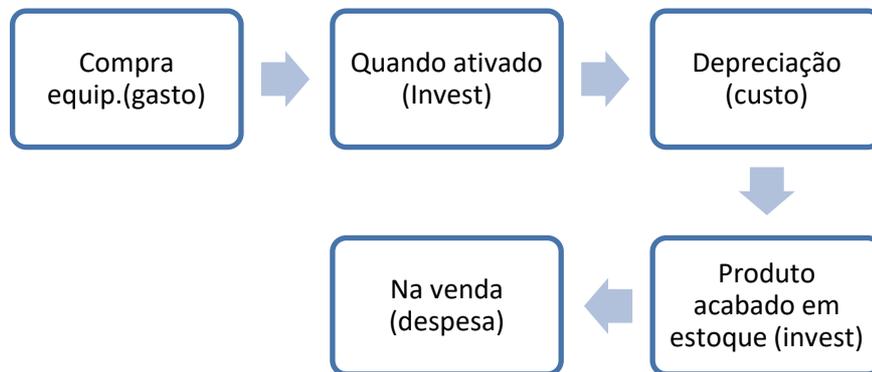


Vamos entender melhor. A compra do equipamento gera um Gasto. Ao ser ativado (contabilizado no Ativo), torna-se Investimento. Quando é utilizado na produção de outros bens e serviços, a sua depreciação torna-se Custo. Durante o período em que o produto acabado fica estocado, temos investimento, novamente. E, ao ser vendido, surge uma Despesa.

Vamos esquematizar?

⁵ (Eliseu Martins, ‘Contabilidade de Custos’, 10ª Edição).

⁶ (Eliseu Martins, “contabilidade de custos”).



Observação: o nome “Custo das Mercadorias Vendidas”, que aparece na DRE, é a denominação mais comum, mas não é a mais correta tecnicamente.

Vamos ler mais um pouco do livro do Prof. Eliseu Martins:

O computador da secretária do diretor financeiro, que fora transformada em investimento, tem uma parcela reconhecida como despesa (depreciação), sem transitar por custo.

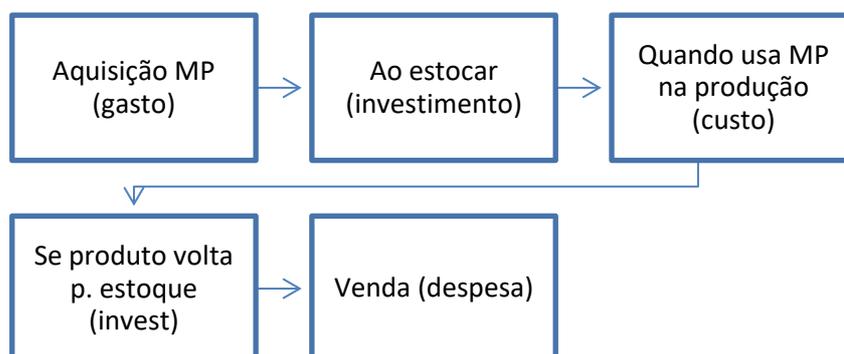
As **despesas são itens que reduzem o Patrimônio Líquido e que têm essa característica de representar sacrifícios no processo de obtenção de receitas.**

Exemplo: No momento da sua aquisição, a matéria-prima é um gasto. Ao ser estocada, transforma-se em Investimento. Ao ser utilizada na produção, torna-se custo. Caso o produto acabado resultante volte ao estoque, volta a ser considerada investimento. Finalmente, transforma-se em despesa quando ocorre a venda do produto.

Nota: **Todo produto vendido provoca despesa.** Normalmente, chamamos de Custo do Produto Vendido, e é assim que aparece na DRE. Mas o correto seria:

“Despesa que é o somatório dos itens que compuseram o custo de fabricação do produto ora vendido.”

Esquematizemos:



Embora, como já dissemos, não seja o mais correto tecnicamente, vamos usar o termo “**custos**” para o gasto relativo a consumo na produção.

E “**despesas**” para os gastos que se destinam às fases de administração, vendas, e financiamento. Esses conceitos já foram cobrados em provas. Veja a seguinte questão:



(AFR/ICMS/SP) Julgue as afirmações a seguir.

I. Na sua aquisição, a matéria-prima é um gasto que imediatamente se transforma em investimento; no momento de sua utilização, transforma-se em custo integrante do bem fabricado; quando o produto é vendido, transforma-se em despesa.

II. Muitos gastos são automaticamente transformados em despesas; outros passam, primeiro, pela fase de custos; outros, ainda, passam pelas fases de investimento, custo, investimento, novamente e, por fim, despesa.

III. Cada componente que foi custo no processo de produção torna-se, na baixa, despesa; no Resultado, existem receitas e despesas - às vezes ganhos e perdas, mas não custos.

Pode-se afirmar que:

- A) Apenas as afirmações I e II são verdadeiras.
- B) Apenas a afirmação I é verdadeira.
- C) Apenas a afirmação II é verdadeira.
- D) Apenas a afirmação III é verdadeira.
- E) Todas as afirmações são verdadeiras.

Comentários

Com base no que explicamos, podemos inferir que todos os itens são verdadeiros.

Gabarito → E.

Vamos continuar estudando os conceitos.

Perda: bem ou serviço consumidos de forma anormal e involuntária.⁷

- **Perdas normais** no processo de produção: são consideradas parte do custo dos produtos.
- **Perdas anormais**: vão diretamente para o resultado do período.

⁷. (Eliseu Martins, ‘Contabilidade de Custos’, 10ª Edição).



Conforme o Pronunciamento CPC 16 – Estoques:

13. A **alocação de custos fixos indiretos** de fabricação às unidades produzidas deve ser baseada na capacidade normal de produção. A capacidade normal é a produção média que se espera atingir ao longo de vários períodos em circunstâncias normais; com isso, leva-se em consideração, para a determinação dessa capacidade normal, a parcela da capacidade total não-utilizada por causa de manutenção preventiva, de férias coletivas e de outros eventos semelhantes considerados normais para a entidade. O nível real de produção pode ser usado se aproximar-se da capacidade normal. Como consequência, o valor do custo fixo alocado a cada unidade produzida não pode ser aumentado por causa de um baixo volume de produção ou ociosidade. Os custos fixos não-allocados aos produtos devem ser reconhecidos diretamente como despesa no período em que são incorridos. Em períodos de anormal alto volume de produção, o montante de custo fixo alocado a cada unidade produzida deve ser diminuído, de maneira que os estoques não sejam mensurados acima do custo. Os custos indiretos de produção variáveis devem ser alocados a cada unidade produzida com base no uso real dos insumos variáveis de produção, ou seja, na capacidade real utilizada.



Vamos resumir as informações acima:

- 1 - A alocação de custos fixos indiretos de fabricação às unidades produzidas deve ser baseada na capacidade normal de produção.
- 2 - A capacidade normal é a produção média que se espera atingir ao longo de vários períodos em circunstâncias normais.
- 3 - O nível real de produção pode ser usado se aproximar-se da capacidade normal.
- 4 - valor do custo fixo alocado a cada unidade produzida não pode ser aumentado por causa de um baixo volume de produção ou ociosidade.
- 5 - Os custos fixos não-allocados aos produtos devem ser reconhecidos diretamente como despesa no período em que são incorridos.

Muito bem. Um exemplo numérico para esclarecer o assunto:

A empresa A possui custos fixos indiretos de fabricação de \$10.000 e volume normal de produção de 1.000 unidades.

Custo fixo unitário: $\$10.000 / 1.000 \text{ unidades} = \$10,00$ por unidade.

Digamos que, em determinado período, a produção seja de apenas 800 unidades. Se apropriarmos normalmente o custo fixo indireto, teríamos: $\$ 10.000 / 800 \text{ unidades} = \$12,50$.

Mas o que diz o pronunciamento? “O valor do custo fixo alocado a cada unidade produzida não pode ser aumentado por causa de um baixo volume de produção ou ociosidade”.



Portanto, nesse período de baixa produção, a contabilização do custo fixo ficaria assim:

Custo fixo unitário "normal" $\$10,00 \times 800$ unidades = $\$8.000$

Custo não apropriado aos produtos: $\$10.000 - \$8.000 = \$2.000$

O valor de $\$2.000$ deve ser reconhecido diretamente como despesa no período em que é incorridos.

D – Despesa – custo fixo não apropriado (Resultado)	2.000
D – Custo da produção (Ativo)	8.000
C – Caixa (Ativo)	10.000



Então ficamos assim:

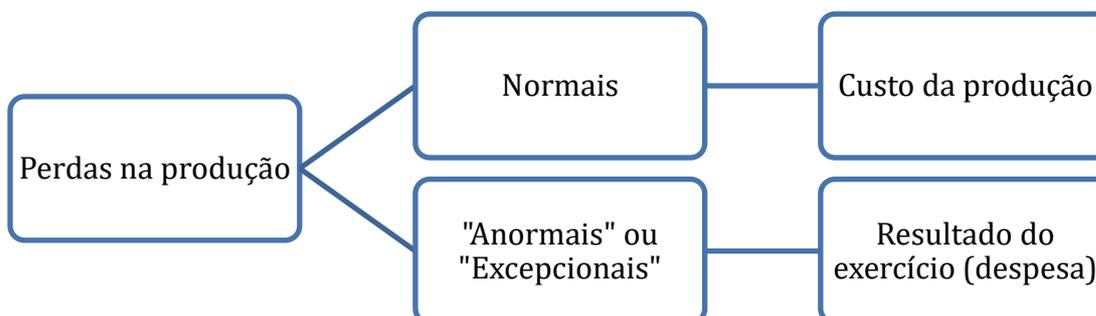
Se a produção aumentar, diminui o custo fixo unitário.

Se a produção diminuir abaixo no nível normal, apropriamos o custo fixo unitário da produção "normal" e o custo fixo não alocado aos produtos vai para a despesa (Resultado). O nível real de produção pode ser usado se aproximar-se da capacidade normal.

Atenção: a questão deve mencionar expressamente que houve uma redução da quantidade abaixo do nível normal de produção. Se não mencionar nada, devemos considerar que eventual queda da produção está dentro da produção normal.

Estamos acostumados a pensar nesse conceito em termos de "perdas normais" e "perdas excepcionais", durante o processo de produção.

As perdas normais são incluídas no custo da produção. E as perdas excepcionais são contabilizadas diretamente na despesa do período.





(FCC/CVM/Analista Planejamento e Execução Financeira) A empresa Albatroz tem em seu parque industrial capacidade instalada para processar o equivalente a 4 toneladas de fertilizantes agrícolas ao mês. Esta capacidade, ao longo dos últimos 5 anos, tem se mostrado superior em 10% ao que regularmente a empresa processa. No último exercício, em virtude de uma anormal crise econômica no país no qual a empresa opera, sua produção tem sido 25% abaixo da sua capacidade instalada. Se a empresa opera com uma ociosidade de 25% em relação a sua capacidade instalada, pode-se concluir que 10% é a sua ociosidade normal e os 15% restantes é a sua capacidade ociosa excedente.

Levando em consideração o que anteriormente foi exposto, a capacidade ociosa deve sofrer o seguinte tratamento contábil:

- (A) capacidade ociosa excedente deveria ser lançada diretamente ao resultado do período em uma despesa não operacional.
- (B) capacidade ociosa normal deve ser lançada aos estoques para, posteriormente, ser apropriada ao Custo do Produto Vendido; a ociosidade excedente deve ser lançada a uma despesa operacional no período em que ocorrer.
- (C) capacidade ociosa normal e capacidade ociosa excedente, por não estarem ligadas diretamente à produção de produtos, devem ser lançadas ao resultado do exercício, quando ocorrerem, em uma despesa não operacional.
- (D) capacidade ociosa excedente e a capacidade ociosa normal devem ser transferidas aos estoques de produtos acabados, para posteriormente serem apropriadas ao custo da produção vendida.
- (E) capacidade ociosa não é mensurada, não podendo ser lançada em estoques, custo da produção vendida ou despesas não operacionais.

Comentário:

Devemos lembrar que perdas normais fazem parte do custo da produção; perdas anormais (excepcionais) devem ir diretamente para o resultado do exercício.

Gabarito → B.

Outra questão sobre este assunto:

(ESAF) No processo produtivo da empresa Desperdício S.A., no mês de julho de 2005, ocorreram perdas com rebarbas decorrentes do corte de tecidos da linha de produção. Em virtude da contratação de funcionário sem experiência houve a perda de 100 itens por mau uso de equipamentos. De acordo com os conceitos contábeis, devem ser registradas essas perdas:



- a) ambas como custo dos produtos vendidos.
- b) respectivamente, como despesa operacional e custo.
- c) ambas como despesas não-operacionais no resultado.
- d) ambas como despesas operacionais no resultado.
- e) respectivamente, como custo e despesa operacional

Comentários:

Esta questão explora o mesmo conceito. Perdas normais (perdas com rebarbas decorrentes do corte) integram o custo dos produtos. As perdas excepcionais (contratação de funcionários sem experiência) vão diretamente para o resultado, como despesa. (Lembramos que atualmente não há mais o conceito de resultado Operacional e Não Operacional, para a contabilidade. Esse conceito continua apenas para a legislação do Imposto de Renda.)

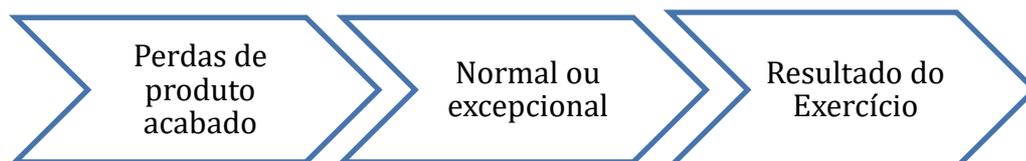
Gabarito → E.

Muito bem. As perdas que ocorrem na produção seguem essa regra que já mencionamos acima: as perdas normais fazem parte do custo da produção e as perdas anormais (excepcionais) devem ir diretamente para o resultado do exercício.

E quanto à perda do produto acabado?

Bem, no caso de produto acabado, não precisamos nos preocupar se a perda foi “normal” ou “excepcional”. Todas as perdas de produto acabado vão diretamente para o resultado do exercício. Não devem impactar o custo do produto.

Esquematizemos:



Vejamos uma questão sobre o assunto:

(FBC/Exame de Suficiência/Bacharel/2015 – 2) Um posto de combustível comercializa, por mês, aproximadamente 100.000 litros de etanol. Em determinado momento, constatou um índice de evaporação de 0,5% desse produto. O Conselho Nacional do Petróleo considera normal um índice de até 0,6% de evaporação. Segundo a NBC TG 16 (R1) – Estoques, o valor decorrente da evaporação é considerado:

- a) um desperdício e não pode ser contabilizado, exceto por determinação judicial.
- b) um passivo a ser reembolsado pelo fornecedor, visto que a evaporação é conhecida até pelo Código Tributário Nacional.
- c) uma perda de operações descontinuadas, e só pode ser contabilizada no período em que for formalmente confirmada a evaporação, por meio de medição.

d) uma redução no resultado do período, visto que a evaporação é considerada normal e deve ser baixada do estoque periodicamente.

Comentários:

As perdas de produto acabado diminuem o resultado do período, independente de serem perdas normais ou não.

Gabarito → D.

Continuando ...

- **Custo de Produção do Período** é a soma dos custos incorridos no período dentro da fábrica.

CPP: Custos no período na fábrica!

- **Custo da Produção acabada** é a soma dos custos contidos na produção acabada do período. Pode conter Custos de Produção também de períodos anteriores existentes em unidades que só foram completadas no presente período.

- **Custo dos Produtos Vendidos** é a soma dos custos incorridos na produção dos bens e serviços que só agora estão sendo vendidos. Pode conter custos de produção de diversos períodos, caso os itens vendidos tenham sido produzidos em diversas épocas diferentes.

São três conceitos distintos e não há nenhuma relação obrigatória entre seus valores. Cada um pode ser maior ou menor que o outro em cada período, dependendo das circunstâncias. (Eliseu Martins, "Contabilidade de Custos".)

Estes conceitos serão estudados futuramente. Vamos em frente.

Atenção especial: o Cespe usa a seguinte nomenclatura: "Custo de produção", para o Custo da Produção do Período; e "Custo do Período", para despesa (para os gastos que são contabilizados diretamente no Resultado, como se fossem despesas).



(CESPE/TELEBRAS/Contador/2013) O valor normal do desperdício ou sobra de matéria prima no processo produtivo deve ser incluído como custo do período.

Comentários:

Perdas normais no processo de produção: são consideradas parte do custo dos produtos.

Perdas anormais: vão diretamente para o resultado do período.



Assim, o valor normal do desperdício ou sobra de matéria prima no processo produtivo deve ser incluído como custo do **PRODUTO**, e não custo do período.

O CESPE usa a expressão “Custo do Período” para as Despesas que entram diretamente no Resultado do Período. Se aparecer na sua prova, aceite, embora o mais correto seja Despesa.

Gabarito → Errado.



Outras Nomenclaturas

Custos Primários: soma de matéria-prima com mão de obra direta.

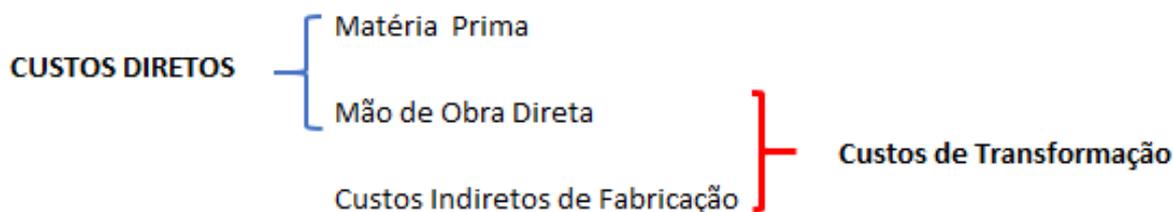
Custo primário: Matéria Prima + Mão de Obra Direta

Não são a mesma coisa que Custos Diretos, já que nos Primários só estão incluídos aqueles dois itens. Assim, a embalagem é um Custo Direto, mas não Primário.

Custos de Transformação: soma de todos os Custos de Produção, exceto os relativos a matérias-primas e outros eventuais adquiridos e empregados sem nenhuma modificação pela empresa (componentes adquiridos prontos, embalagens compradas, etc.). (Eliseu Martins, “Contabilidade de Custos”.)

Representam esses Custos de Transformação o valor do esforço da própria empresa no processo de elaboração de um determinado item (mão de obra direta e indireta, energia, materiais de consumo industrial, etc.).

Esquematizemos:



5 - CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS

5.1 - CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS

Custos diretos são aqueles que podem ser diretamente apropriados aos produtos.⁸

Exemplo: matéria-prima, mão de obra direta, embalagens, etc.

Custos Indiretos são aqueles que não podem ser diretamente apropriados aos produtos. A sua alocação é feita de maneira estimada e muitas vezes arbitrária.⁹

Exemplo: Aluguel da fábrica, supervisão, chefia, etc.

Observação: Cada vez que é necessário utilizar qualquer fator de rateio para a apropriação ou cada vez que há o uso de estimativas e não de medição direta, o custo é considerado indireto.

5.2 - CUSTOS FIXOS E VARIÁVEIS

Custos Variáveis são aqueles que variam de acordo com o volume de produção.¹⁰

Exemplo: Matéria-prima. Quanto maior a quantidade produzida, maior o consumo de matéria-prima.

Custos Fixos são aqueles que não sofrem variação em função da quantidade produzida.¹¹

Exemplo: Aluguel da fábrica. O seu valor independe da quantidade produzida.

Observações: A divisão dos custos em fixos e variáveis ocorre em função da variação do custo devido à variação do volume de produção.

Um determinado custo pode variar todo mês. Mas se essa variação não for em função da variação do volume de produção, será considerado custo fixo. Por exemplo, a conta de telefone da fábrica. Dificilmente será igual de um mês para o outro, mas a sua variação não ocorre devido à variação da produção. Assim, é considerado um custo fixo (ainda que seu valor seja diferente em todos os meses).

Alguns autores usam a classificação de custos semifixos e custos semi variáveis, como segue:

⁸ (Eliseu Martins, "Contabilidade de Custos".)

⁹ (Eliseu Martins, "Contabilidade de Custos".)

¹⁰ (Eliseu Martins, "Contabilidade de Custos".)

¹¹ (Eliseu Martins, "Contabilidade de Custos".)



5.3 - CUSTOS SEMIFIXOS

Em princípios, são custos fixos; mas, com o aumento da produção, ocorre um aumento em tais custos. Depois que se ajustam à nova posição, voltam a apresentar características de custo fixo.

Por exemplo, uma empresa pode ter um departamento de manutenção com 5 funcionários. Com o aumento da produção (e portanto com a aquisição de novas máquinas e equipamentos), pode ser necessário contratar mais um funcionário, o que eleva o custo do departamento de manutenção. Depois da contratação do funcionário adicional, ainda que a produção aumente até certo nível, não será necessário contratar outro funcionário (volta a ter características de custo fixo).

5.4 - CUSTOS SEMI VARIÁVEIS

São aqueles que possuem em seu valor uma parcela fixa e outra variável. Isto é, têm um comportamento de custo fixo até certo momento e depois se comportam como custo variável.

O exemplo clássico é a conta de luz: mesmo que o consumo seja zero, há uma parcela fixa a pagar. Depois de certa quantidade consumida, passa a ter também uma parcela variável.

5.5 - COMPORTAMENTO DOS CUSTOS VARIÁVEIS E DOS CUSTOS FIXOS UNITÁRIOS E TOTAIS

Custo Variável

Unitário: Não sofre alteração

Total: Apresenta alteração proporcional ao volume produzido

Custo Fixo

Unitário: Apresenta alteração inversamente proporcional ao volume produzido.

Total: Não sofre alteração

Exemplo: Vamos supor que determinada empresa use dois litros de leite para fabricar um quilo de queijo. A fabricação é realizada num imóvel alugado por \$ 5.000 reais por mês. Em janeiro/X1, a empresa produziu 1.000 quilos; em fevereiro/X1, produziu 1.400 kg. Considerando apenas essas informações, calcule o custo variável, custo Fixo e custo do produto, unitário e total, nos dois meses citados.

Obs.: Cada litro de leite custa \$3,00 reais.

Custo Variável	Janeiro/X1	Fevereiro/X1
Produção (Kg)	1000	1400
Quant. Leite (Lt)	2000	2800
Custo variável total	R\$ 6.000,00	R\$ 8.400,00
Custo variável unitário	R\$ 6,00	R\$ 6,00



O custo variável total aumentou com o aumento de produção; o custo variável unitário permanece o mesmo.

Custo Fixo	Janeiro/X1	Fevereiro/X1
Produção (Kg)	1000	1400
Custo Fixo Total	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Custo variável unitário	R\$ 5,00	R\$ 3,57

O custo fixo total não tem alteração. O custo fixo unitário diminui com o aumento de produção.

Custo Total	Janeiro/X1	Fevereiro/X1
Produção (Kgs)	1000	1400
Quant. Leite (Lts)	2000	2800
Custo variável total	R\$ 6.000,00	R\$ 8.400,00
Custo Fixo Total	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Custo total da produção	R\$ 11.000,00	R\$ 13.400,00
Custo unitário (\$/kg)	R\$ 11,00	R\$ 9,57

O custo total da produção aumenta com o aumento da produção; o custo unitário da produção diminui com o aumento da produção.

5.6 - CUSTOS CONTROLÁVEIS E NÃO CONTROLÁVEIS.

Segundo o Prof. Eliseu Martins: “Controlar significa conhecer a realidade, compará-la com o que deveria ser, tomar conhecimento rápido das divergências e suas origens e tomar atitudes para sua correção”. (“Contabilidade de Custos”, 10ª Edição, 2010, pg.305).

O primeiro ponto a destacar nessa definição é a necessidade de um padrão, de algo para comparar com a realidade, daquilo que “deveria ser”.

Geralmente as empresas usam um orçamento anual (ou por prazo maior), detalhando as metas de vendas, custo dos produtos vendidos, despesas, investimentos e o lucro mensal.

Assim, a empresa tem controle sobre os seus custos quando tem uma estimativa do que eles deveriam ser, compara os custos reais com essa estimativa, identifica e corrige as distorções.

Veremos a seguir outro aspecto relacionado aos Custos Controláveis.

A NBC (Norma Brasileira de Contabilidade) T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público, aprovada pela Resolução CFC nº 1.366, de 25 de Novembro de 2011, fornece a seguinte definição: “Custo controlável utiliza **centro de responsabilidade** e atribui ao gestor **apenas os custos que ele pode controlar.**”

Por esse ponto de vista, “os Custos Controláveis são os que estão diretamente sob responsabilidade e controle de uma determinada pessoa cujo desempenho se quer controlar e analisar, e os Não Controláveis estão fora dessa responsabilidade e controle. Não significa que Custos Não Controláveis estejam fora da responsabilidade da empresa, mas sim da pessoa que chefia o setor em análise. O que não é controlável pelo Chefe de Fundação, talvez o seja pela administração da Produção, pela Diretoria da empresa ou pelos seus proprietários. Não existem de fato Custos Não Controláveis.



O que existe é Custo só controlável em nível hierárquico superior ao daquele que está sendo considerado.' (Eliseu Martins, op.cit., pg. 309)

6 - SISTEMA DE CUSTOS

Um sistema de custo compreende o modo como a empresa quantifica e acumula os diversos custos, os quais são apropriados aos produtos. Envolve a forma de produção (por ordem ou contínua), as políticas aplicadas a custos (uso do PEPS ou do Custo Médio, por exemplo), o método de custeio (por absorção ou variável), os aspectos de controle, enfim, todas as variáveis referentes ao custo dos produtos.

6.1 - FORMAS DE PRODUÇÃO

6.1.1. Produção por ordem

Ocorre quando a empresa produz **atendendo a encomendas dos clientes** ou, então, produz também para venda posterior, mas de acordo com determinações internas especiais, não de forma contínua.

Exemplo: Indústrias pesadas, fabricantes de equipamentos especiais, algumas indústrias de móveis, empresas de construção civil, gráficas (quando produz especificamente para determinado cliente).



6.1.2 Produção Contínua

Ocorre quando a empresa fabrica produtos iguais de forma contínua.

Exemplo: Produção de refrigerantes, sabão em pó, margarina, etc.



Veremos em detalhes nas aulas seguintes.

7 - MÉTODO DE CUSTEIO

Custeio significa apropriação de custos. É o método utilizado para apropriar os custos de produção aos produtos. Vamos examinar rapidamente os métodos do custeio por absorção e do custeio variável (também denominado custeio direto).

7.1 - CUSTEIO POR ABSORÇÃO:

É o **método resultante da aplicação dos Princípios de Contabilidade**.

Consiste na apropriação de todos os custos incorridos, sejam fixos, variáveis, diretos ou indiretos, aos produtos fabricados.



Custeio por absorção



Todos os custos vão para os produtos fabricados!

7.2 - CUSTEIO VARIÁVEL OU CUSTEIO DIRETO

Nesse método de custeio, **apenas os custos variáveis são atribuídos aos produtos**. Os **custos fixos são tratados como despesas do período**, sendo lançados diretamente na Demonstração do Resultado do Exercício.

O **Custeio Variável ou Direto pode ser usado para fins gerenciais, mas não na contabilidade oficial, pois fere o princípio da Competência**, especialmente na parte referente ao confronto das receitas e despesas.

Custeio variável (não podem ser utilizados na contabilidade oficial):

Custos variáveis → Produtos



Custos fixos → DRE

Vamos explicar melhor esse ponto.

Determinada empresa fabrica seus produtos e incorre em custos variáveis e custos fixos. Digamos que parte da produção vá para estoque, para ser vendida posteriormente. Para obedecer ao confronto das receitas e despesas correlatas, os custos referentes às unidades estocadas deveriam ficar também no estoque, até que ocorra a venda. Mas, pelo custeio variável, apenas o custo variável fica apropriado ao produto. O custo fixo do período é descarregado no resultado, mesmo que os produtos a que se refere não tenham sido vendidos.

Esse método é também chamado de Custeio Direto. Mas isso não significa que apenas os custos diretos sejam apropriados aos produtos.

Chamado de custeio variável ou custeio direto, o método é o mesmo: o **custo variável** é apropriado aos produtos e o **custo fixo** vai para o resultado do exercício.

O custeio variável não atende ao princípio da competência; assim, só pode ser utilizado para a contabilidade gerencial, e não para a contabilidade financeira.

8 - SISTEMAS DE CONTROLE DE CUSTOS

Podemos definir “Controle” como o processo de conhecer a realidade, compará-la com o que deveria ser, identificar rapidamente as divergências e suas origens e tomar providências para sua correção.

Esse conceito se aplica a qualquer área da empresa.

Um ponto chave do Controle é a definição de padrões ou do Orçamento. A empresa deve ter uma estimativa do que deverá ocorrer, para comparar com o que realmente ocorreu e corrigir as divergências.

9 - OBJETOS DE CUSTOS

Já vimos a definição de Custos: é o gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.

Os “outros bens e serviços” da definição constituem os objetos de custos.

Para a tomada de decisão, os administradores de uma entidade precisam saber quanto custa um produto, um serviço ou um departamento. O produto, serviço, departamento ou qualquer outra coisa da qual se deseja mensurar e avaliar os custos é o Objeto de Custo.

Objeto de custo é a unidade que se deseja mensurar e avaliar os custos (NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público)



10 - PRINCÍPIOS CONTÁBEIS APLICADOS A CONTABILIDADE DE CUSTOS

A Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual – revogou a Resolução 750/93 a partir de 2017. Mas os princípios aparecem no pronunciamento CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Os princípios continuam válidos e serão utilizados na elaboração da contabilidade, mesmo com a futura revogação da Resolução 750/93.

Assim, consideramos que o estudo dos princípios deve continuar, pois é necessário para o entendimento da contabilidade.

Muito bem. Vamos em frente.

Normalmente, estudamos os Princípios de Contabilidade na matéria de Contabilidade Geral. Vamos apresentar uma breve definição de cada princípio envolvido e explicar o relacionamento com a Contabilidade de Custos.

Vamos lá! Os Princípios Contábeis foram instituídos pela Resolução CFC 750/93, e atualizados pela Resolução CFC 1.282/2010.

Mas afinal o que são os Princípios Contábeis?

A resposta está no Art. 2º da Resolução CFC 750:

Art. 2º. Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1282/10)

A observância dos Princípios de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão. Além disso, na aplicação dos Princípios de Contabilidade, há situações concretas e a **essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais**.

Os Princípios Contábeis, de acordo com a atualização pela Resolução 1.282/10, são os seguintes:

Art. 3º São Princípios de Contabilidade: (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1282/10)

- I) o da ENTIDADE;
- II) o da CONTINUIDADE;
- III) o da OPORTUNIDADE;
- IV) o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL;
- ~~V) o da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA;~~ (Revogado pela Resolução CFC nº. 1282/10)
- VI) o da COMPETÊNCIA; e
- VII) o da PRUDÊNCIA.

Vamos examinar, a seguir, a forma como alguns Princípios Contábeis influenciam a Contabilidade de Custos.



10.1 - PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE

Art. 5º. O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1282/10)

O princípio da continuidade está diretamente ligado à avaliação dos ativos e passivos da empresa. Basicamente, todo o ativo fica registrado por valores de entrada. Por exemplo, as máquinas e equipamentos ficam registrados pelos valores que a empresa pagou, menos a depreciação acumulada e eventual ajuste para perdas. Esse critério de avaliação é válido em função da continuidade esperada da empresa.

Se não houver continuidade (se a empresa for fechar as portas), aí não importa mais quanto a empresa pagou pelas máquinas; interessa saber por quanto elas serão vendidas.

Ocorre o mesmo com os estoques. Ficam registrados pelo valor original, menos eventuais ajustes para perdas prováveis (é a antiga regra “Custo ou Mercado, dos dois o menor”, usada para a avaliação de estoques), devido à esperada Continuidade da empresa.

Na ausência da Continuidade, os estoques deveriam ser avaliados pelo valor de venda.

Assim, na ausência de continuidade, saímos de uma contabilidade basicamente a preços de entrada para uma contabilidade a preços de saída.

No caso do passivo, se a empresa tiver dívidas a longo prazo e houver descontinuidade, as dívidas passar a ter vencimento antecipado (ninguém vai ficar com dívidas de uma empresa fechada; se houver falência, os credores irão se habilitar junto à massa falida, enfim , vão tomar as providências necessárias para receber a dívida).

Já foi cobrado em prova:

(FCC/TRF 4ª região/Analista Contabilidade/2010) O princípio contábil que se relaciona diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, além de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultados é o Princípio

- (A) da Continuidade.
- (B) do Registro pelo valor original.
- (C) da Oportunidade.
- (D) da Entidade.
- (E) da Prudência.

Gabarito Letra A



10.2 - PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA

Segundo a Resolução 750:

O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA

Art. 9º. O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

Parágrafo único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1282/10).

O Princípio da Competência estabelece que o resultado seja reconhecido apenas quando ocorrer a realização das transações.

Para a receita, a realização ocorre, normalmente, quando da transferência do bem ou do serviço para terceiros.

Essa é uma importante diferença entre a contabilidade e a teoria econômica. Vamos detalhar um pouco mais.

Uma empresa pode usar vários fatores de produção (matéria prima, máquinas e equipamentos, mão-de-obra) e transforma, digamos, madeira em móveis acabados.

Para a economia, uma vez que a produção esteja completa, quando já houve o esforço de produção, já aparece o lucro. Ou seja, a transformação de madeira no valor de R\$1.000,00 em móveis no valor de R\$5.000,00 já configura o surgimento do lucro, através da produção.

Para a contabilidade (com a exceção do estoque de mercadorias fungíveis), o estoque de produtos acabados continua avaliado pelo custo da produção (matérias primas, depreciação dos equipamentos e máquinas utilizados na produção, mão de obra, etc.).

E assim ficará até que ocorra a transferência para terceiros.

Isto porque o preço de venda deve ter uma validação do mercado. Se a empresa cobra R\$5.000,00 pelos móveis acabados, mas ninguém paga esse valor, será necessário diminuí-lo. Assim, o lucro advindo do esforço de produção da empresa só é reconhecido quando validado pelo mercado, ou seja, quando alguém compra o produto e ocorre a transferência.

E agora chegamos ao parágrafo único: O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1282/10).

Dessa forma, os valores gastos na produção vão sendo acumulados na forma de estoque. E só serão reconhecidos no Resultado quando ocorrer a realização da receita.



10.3 - PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL

Este Princípio está assim tratado, na Resolução 750:

O PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL

Art. 7º. O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

§ 1º. As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas:

I – **Custo histórico**. Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações; e

II – **Variação do custo histórico**. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

a) **Custo corrente**. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis;

b) **Valor realizável**. Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade;

c) **Valor presente**. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade;

d) **Valor justo**. É o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos; e

e) **Atualização monetária**. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.



De acordo com esse Princípio, os ativos são registrados contabilmente pelo seu valor original. Posteriormente, pode ocorrer alguma forma de variação no custo histórico: custo corrente, valor realizável, valor presente, valor justo ou atualização monetária.

É importante ressaltar que as alterações do valor original não ocorrem para todos os ativos; cada tipo de ativo/passivo estará sujeito a uma ou mais espécies de variações, mas não necessariamente todas.

O exemplo clássico que temos na Lei 6.404/76 sobre o **custo corrente** é o preço de reposição das matérias-primas.

Dispõe a Lei 6.404/76 que: Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

II - os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado, pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior;

§ 1º Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se valor justo: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

a) das matérias-primas e dos bens em almoxarifado, o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado;

Ressaltamos, porém, que o pronunciamento CPC 16 – estoques – estabelece o seguinte: “32. Os materiais e os outros bens de consumo mantidos para uso na produção de estoques ou na prestação de serviços não serão reduzidos abaixo do custo se for previsível que os produtos acabados em que eles devem ser incorporados ou os serviços em que serão utilizados sejam vendidos pelo custo ou acima do custo. Porém, quando a diminuição no preço dos produtos acabados ou no preço dos serviços prestados indicar que o custo de elaboração desses produtos ou serviços excederá seu valor realizável líquido, os materiais e os outros bens de consumo devem ser reduzidos ao valor realizável líquido. Em tais circunstâncias, o custo de reposição dos materiais pode ser a melhor medida disponível do seu valor realizável líquido.”

Ou seja: A matéria prima é registrada inicialmente pelo valor original. Se o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado (custo corrente) for menor que o valor original, este deve ser reduzido. Mas, se a matéria prima será usada em produtos cujo preço de venda está acima do custo da matéria prima, então este não será alterado.

Para os produtos acabados e mercadorias, o CPC 16 – Estoques- estabelece o seguinte:

9. Os estoques objeto deste Pronunciamento devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

Esta é a regra básica de mensuração dos estoques, que anteriormente era chamada de: “custo ou mercado, dos dois o menor.”

Lembramos que Valor Realizável Líquido é o preço de venda deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda.



Se uma mercadoria custou R\$10.000,00 e pode ser vendida por valor superior, deve ficar registrada contabilmente pelo valor original (R\$10.000,00).

Mas, se o valor realizável líquido for de R\$8.000,00, deverá ser feito um “Ajuste para perdas prováveis”.

A contabilização do Ajuste é a seguinte:

D – Despesa com ajuste para perdas prováveis no estoque (resultado)	2.000,00
C – Ajuste para perdas prováveis (retificadora do ativo)	2.000,00

O estoque fica registrado assim:

D – Estoque produtos acabados (Ativo)	10.000,00
C – Ajuste para perdas prováveis (retificadora ativo)	2.000,00

Valor contábil do estoque: \$10.000,00 – \$2.000,00 = \$8.000,00.

10.4 - PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA

A Resolução 750 do CFC estabelece o seguinte:

O PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA

Art. 10. O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

Parágrafo único. O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1282/10)

Quando houver dúvidas sobre a avaliação de algum elemento contábil, deve ser utilizada a alternativa mais prudente, ou seja, a que resultar no menor patrimônio líquido.

Para a contabilidade de custos, o principal efeito desse princípio é a antiga regra “custo ou mercado, dos dois o menor”. Atualmente, podemos dizer “custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor”.

Assim, deverá ser contabilizado um ajuste para redução do valor do estoque, quando o valor realizável líquido for menor que o custo de produção.

Valor realizável líquido é o preço de venda menos as despesas necessárias para realizar a venda, como comissões, fretes, impostos, etc.



Relacionamos acima os pontos mais importantes referentes aos Princípios Contábeis Aplicados a Custos.

11 - RESUMO GERAL

- 1) **Custo** é o gasto relativo à bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.
- 2) **Gasto**: compra de um produto ou serviço qualquer, que gera sacrifício financeiro para a entidade (desembolso), sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro).
- 3) **Desembolso**: Pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço.
- 4) **Investimento**: Gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s).
- 5) **Despesa**: Bem ou serviço consumido diretamente ou indiretamente para a obtenção de receitas.
- 6) **Perda**: Bem ou serviço consumidos de forma anormal e involuntária.
- 7) **Custo de Produção do Período** é a soma dos custos incorridos no período dentro da fábrica.
- 8) **Custo da Produção acabada** é a soma dos custos contidos na produção acabada do período. Pode conter Custos de Produção também de períodos anteriores existentes em unidades que só foram completadas no presente período.
- 9) **Custo dos Produtos Vendidos** é a soma dos custos incorridos na produção dos bens e serviços que só agora estão sendo vendidos. Pode conter custos de produção de diversos períodos, caso os itens vendidos tenham sido produzidos em diversas épocas diferentes.
- 10) **Custos Primários**: soma de matéria-prima com mão de obra direta.
- 11) **Custos de Transformação**: soma de todos os Custos de Produção, exceto os relativos a matérias-primas e outros eventuais adquiridos e empregados sem nenhuma modificação pela empresa (componentes adquiridos prontos, embalagens compradas, etc.).
- 12) **Custos diretos** são aqueles que podem ser diretamente apropriados aos produtos. Exemplo: matéria-prima, mão de obra direta, embalagens, etc.
- 13) **Custos Indiretos** são aqueles que não podem ser diretamente apropriados aos produtos. A sua alocação é feita de maneira estimada e muitas vezes arbitrária. Exemplo: Aluguel da fábrica, supervisão, chefia, etc.



14) **Custos Variáveis** são aqueles que variam de acordo com o volume de produção. Exemplo: Matéria-prima. Quanto maior a quantidade produzida, maior o consumo de matéria-prima.

15) **Custos Fixos** são aqueles que não sofrem variação em função da quantidade produzida. Exemplo: Aluguel da fábrica. O seu valor independe da quantidade produzida.

As definições acima constam no livro Contabilidade de Custos, 10ª Edição, do Professor Eliseu Martins.

16) Princípios Contábeis para a Avaliação de Estoques.

- **Princípio da Continuidade**

Art. 5º. O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1282/10)

- **Princípio da Competência**

O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA

Art. 9º. O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

Parágrafo único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1282/10).

- **Princípio do Registro pelo Valor Original**

O PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL

Art. 7º. O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

- **Princípio da Prudência**

Art. 10. O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.



Agora chegou o melhor! Agora é...



12 - QUESTÕES COMENTADAS

1. (CESPE/Analista/Contabilidade/TRE/PE/2017)

A tabela a seguir apresenta a relação de receitas, custos e despesas de uma sociedade industrial que produz determinado produto.

contas	valor (em R\$)
mão de obra indireta	104.000
salário dos operadores de produção	150.000
energia elétrica do escritório de vendas	6.000
salário dos vigilantes da fábrica	27.000
embalagem utilizada na produção	2.000
salário da secretária do escritório de vendas	2.500
matéria-prima utilizada na produção	47.000
aluguel da fábrica	12.500
receita de vendas	1.020.000
impostos sobre vendas	180.000
energia elétrica da fábrica	4.000
depreciação de veículos de entrega	6.000

A partir dos dados apresentados nessa tabela, assinale a opção correta, a respeito do custeio por absorção.

- A) As despesas totalizaram R\$ 16.500.
- B) Os custos indiretos de fabricação da sociedade totalizaram R\$ 147.500.
- C) A depreciação dos veículos de entrega compõe o valor total dos custos indiretos de fabricação.
- D) Os custos diretos dessa sociedade são superiores a R\$ 202.500.
- E) Se a indústria produziu 1.000 unidades do referido produto, o custo de produção unitário foi de R\$ 352,50.



Comentários:

Vamos analisar as assertivas:

A) **Errado.**

Despesas	Valor (em R\$)
Energia elétrica do escritório de vendas	R\$ 6.000,00
Salário da secretária do escritório de vendas	R\$ 2.500,00
Impostos sobre vendas	R\$ 180.000,00
Depreciação de veículos de entregas	R\$ 6.000,00
Total de despesas	R\$ 194.500,00

B) **Certo.**

Custos indiretos de fabricação	Valor (em R\$)
Mão de obra indireta	R\$ 104.000,00
Salário dos vigilantes da fábrica	R\$ 27.000,00
Aluguel da fábrica	R\$ 12.500,00
Energia elétrica da fábrica	R\$ 4.000,00
Total dos custos indiretos	R\$ 147.500,00

C) **Errado.** A depreciação dos veículos de entrega é despesa, e não custo.

D) **Errado.**

Custos diretos	Valor (em R\$)
Salário dos operadores de produção	R\$ 150.000,00
Embalagem utilizada na produção	R\$ 2.000,00
Matéria prima utilizada na produção	R\$ 47.000,00
Total dos custos diretos	R\$ 199.000,00

E) **Errado.**

Custos diretos \$199.00 + custos indiretos \$147.500 = \$ 346.500
Custo unitário = \$ 346.500 / 1.000 = \$346,50

Gabarito → B

2. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

O evento contábil que deve ser classificado como custo de produção do período em que tenha ocorrido é

- A) a perda normal de matéria-prima durante o processo produtivo.
- B) o gasto com entrega dos produtos fabricados aos clientes por ocasião de sua venda.
- C) o juro incidente sobre os recursos obtidos em bancos para o financiamento da produção.
- D) a aquisição de matéria-prima para utilização futura no processo de produção.



E) a depreciação de máquinas utilizadas no setor de contabilidade.

Comentários:

A) a perda normal de matéria-prima durante o processo produtivo.

Item correto. A perda normal é considerada custo da produção. A perda anormal é despesa na DRE.

B) o gasto com entrega dos produtos fabricados aos clientes por ocasião de sua venda.

Frete sobre compra → Custo

Frete sobre venda → Despesa

C) o juro incidente sobre os recursos obtidos em bancos para o financiamento da produção.

Incorreto. Os juros vão para despesa, conforme o regime de competência.

D) a aquisição de matéria-prima para utilização futura no processo de produção.

Incorreto. Enquanto não forem utilizadas na produção, não vão para o custo de produção do período.

E) a depreciação de máquinas utilizadas no setor de contabilidade.

A depreciação das máquinas utilizadas na contabilidade é despesa do período. A depreciação das máquinas utilizadas na produção é custo.

Gabarito → A.

3. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

O custo de produção que se caracteriza como um custo variável é

A) o salário do pessoal encarregado da limpeza da fábrica, equivalente a três salários mínimos.

B) o salário de operários temporários cuja remuneração é baseada na quantidade de horas trabalhadas.

C) a depreciação do prédio onde funciona a fábrica, calculada pelo método da linha reta.

D) a energia elétrica consumida pelas lâmpadas da sala onde funciona a gerência da fábrica.

E) o aluguel de máquinas.

Comentários:

Custos Variáveis são aqueles que variam de acordo com o volume de produção.

Exemplo: Matéria-prima. Quanto maior a quantidade produzida, maior o consumo de matéria-prima.

Custos Fixos são aqueles que não sofrem variação em função da quantidade produzida.

Exemplo: Aluguel da fábrica. O seu valor independe da quantidade produzida.

(Eliseu Martins, “Contabilidade de Custos”.)



Observações: A divisão dos custos em fixos e variáveis ocorre em função da variação do custo devido à variação do volume de produção.

Um determinado custo pode variar todo mês. Mas se essa variação não for em função da variação do volume de produção, será considerado custo fixo. Por exemplo, a conta de telefone da fábrica. Dificilmente será igual de um mês para o outro, mas a sua variação não ocorre devido à variação da produção. Assim, é considerado um custo fixo (ainda que seu valor seja diferente em todos os meses).

A) o salário do pessoal encarregado da limpeza da fábrica, equivalente a três salários mínimos.

Custo fixo! Não varia em função da produção.

B) o salário de operários temporários cuja remuneração é baseada na quantidade de horas trabalhadas.

Esse é um custo variável.

C) a depreciação do prédio onde funciona a fábrica, calculada pelo método da linha reta.

A depreciação é um custo fixo, já que calculada pela linha reta.

D) a energia elétrica consumida pelas lâmpadas da sala onde funciona a gerência da fábrica.

A energia da sala da gerência não varia em função da quantidade produzida.

E) o aluguel de máquinas.

Também é custo fixo.

Gabarito → B.

4. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE/SC/2016)

Em uma empresa industrial, a conta da energia elétrica consumida na fábrica é um gasto classificado como custo e a conta da energia elétrica utilizada pelo departamento de vendas é um gasto classificado como despesa.

Comentários:

O item está correto. Trecho do nosso curso: “Custo: é o gasto relativo à bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.”¹²

Ou seja, os gastos relacionados com a produção de bens e serviços são custos. Exemplos: matéria prima, mão de obra usada na produção, energia elétrica da fábrica, etc.

Já a conta de energia elétrica do departamento de vendas é classificado como despesa.

Gabarito → Correto.

¹² (Eliseu Martins, “Contabilidade de Custos”, 10ª Edição).

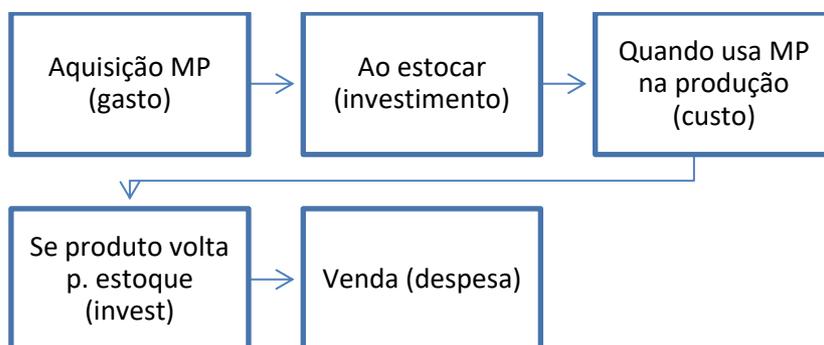
5. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE/SC/2016)

A matéria-prima é considerada um investimento no momento de sua aquisição, e torna-se um custo ao ser utilizada para a geração do produto.

Comentários:

O item foi considerado correto pela banca, mas, em nosso entendimento, está incorreto. Segundo o professor Eliseu Martins (2003, pg.17) “**no momento da sua aquisição, a matéria-prima é um GASTO**. Ao ser estocada, transforma-se em investimento. Ao ser utilizada na produção, torna-se custo. Caso o produto acabado resultante volte ao estoque, volta a ser considerada investimento. Finalmente, transforma-se em despesa quando ocorre a venda do produto”.

Esquematizemos:



Vale ressaltar que algumas empresas operam sob o sistema de produção Just-in-Time, ou seja, a matéria-prima não fica estocada e após a aquisição já se transforma em custo de produção.

Pelo erro na terminologia, solicitamos que o gabarito seja trocado de certo, para errado.

A banca não aceitou o recurso, e manteve o gabarito.

Gabarito → Correto.

6. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE/SC/2016)

O custo da produção em determinado período será convertido integralmente em despesa no momento em que os produtos fabricados forem entregues ao cliente.

Comentários:

O item está correto. O **custo de produção do período, chamado de CPP, pode ser definido como o total dos custos incorridos na produção em um determinado espaço de tempo.**

Em linguagem algébrica, podemos defini-lo da seguinte forma:

Custo da produção do período = material direto + mão de obra direta + custos indiretos de fabricação

Vamos elaborar um enunciado para exemplificar a questão. Suponha que a empresa Alfa tenha gasto R\$ 1.000,00 com a compra de matéria-prima.

Em seguida, passa toda essa matéria-prima para produção no período.

O razonete fica assim:



Na compra:

Matéria-prima	
1.000,00	

Na transferência para o setor produtivo:

Matéria-prima		Produtos em elaboração	
1.000,00	1.000,00	1.000,00	

Suponha-se que R\$ 500 foram gastos com mão-de-obra direta para a produção e, também, que R\$ 200 são gastos com custos indiretos de fabricação. **Todos esses gastos não são alocados na Demonstração do Resultado do Exercício, por se tratar de custo. O custo será agregado ao valor da mercadoria (na conta produtos em elaboração).** Vai ficar assim:

Matéria-prima		Produtos em elaboração	
1.000,00	1.000,00	1.000,00	
		500,00	
		200,00	

Se deste total, 60% foram acabados, passaremos a essa porcentagem para o razãoete produtos acabados ($60\% \times 1.700 = 1.020$).

Matéria-prima		Produtos em elaboração		Produtos acabados	
1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.020,00	1.020,00	
		500,00			
		200,00			
		1.700,00			

E se agora metade desses produtos forem vendidos? Daríamos saída do estoque de produtos acabados (por crédito) e debitaríamos custo dos produtos vendidos. Estaria assim:

Matéria-prima		Produtos em elaboração		Produtos acabados	
1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.020,00	1.020,00	510,00
		500,00			
		200,00			
		1.700,00			
			CPV		
		510,00			

E se todas as mercadorias fossem vendidas? Bem, nesta hipótese, todos os custos serão integrados à demonstração do resultado do exercício.

A banca anulou a questão, com a seguinte justificativa: “A questão do critério de reconhecimento das vendas, especialmente no que diz respeito à convergência às normas internacionais, é controversa, não sendo considerada apenas a entrega do produto ao cliente como condição única

e suficiente para identificação do momento em que se deve reconhecer as receitas de vendas e as despesas delas decorrentes. “

Gabarito preliminar → Correto

Gabarito definitivo → Anulada

7. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE/SC/2016)

Caso ocorra um incêndio de grandes proporções em um estoque de matérias-primas, o valor do material destruído deverá ser reconhecido como custo de produção do período em que ocorreu o sinistro.

Comentários:

Perda: bem ou serviço consumidos de forma anormal e involuntária.

- **Perdas normais** no processo de produção: são consideradas parte do custo dos produtos.
- **Perdas anormais**: vão diretamente para o resultado do período.

Estamos acostumados a pensar nesse conceito em termos de “perdas normais” e “perdas excepcionais”, durante o processo de produção.

As perdas normais são incluídas no custo da produção. E as perdas excepcionais são contabilizadas diretamente na despesa do período.

Gabarito → Errado.

A fábrica de uma indústria que produz bens diversos funciona em um imóvel alugado. O valor do aluguel é reajustado anualmente com base na variação IGP-M. Cada tipo de produto é fabricado em espaço específico da fábrica, sendo do conhecimento da empresa a área destinada à produção de cada um desses produtos.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

8. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE/SC/2016)

A indústria em questão dispõe de elementos suficientes para eliminar a subjetividade e a arbitrariedade que envolvem a escolha de critérios de rateio para o cálculo do custo de aluguel por tipo de produto fabricado.

Comentários:

Os Custos indiretos são aqueles que não podem ser atribuídos diretamente aos produtos, necessitando de algum critério de rateio. Por exemplo:

Salários de Fábrica – indireto: pode ser rateado pelo número de funcionários diretos que trabalham em cada produto.

Manutenção – fábrica: pelo número de horas/máquinas usadas na produção de cada produto.

Depreciação: pela quantidade de horas/máquinas usadas por cada produto.

Aluguel da fábrica: rateado pela área ocupada na produção de cada produto.



Para concursos, a questão deve informar claramente qual será o critério de rateio.

O gabarito preliminar era “Correto”. No entanto, conforme o Prof. Eliseu Martins:

“ Todos os Custos Indiretos só podem ser apropriados, por sua própria definição, de forma indireta aos produtos, isto é, mediante estimativas, critérios de rateio, previsão de comportamento de custos, etc. Todas essas formas de distribuição contêm, em menor ou maior grau, certo subjetivismo; portanto, a arbitrariedade sempre vai existir nessas alocações, sendo que às vezes ela existirá em nível bastante aceitável, e em outras oportunidades só a aceitamos por não haver alternativas melhores. (Eliseu Martins, “Contabilidade de Custos”, 10ª Edição, pg. 79).

A questão foi anulada, com a seguinte justificativa: “A ausência de informações na situação hipotética prejudicou o julgamento objetivo do item.”

Gabarito preliminar → Correto.

Gabarito definitivo → Anulada.

9. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE/SC/2016)

O aluguel da fábrica deve ser classificado como custo variável e indireto.

Comentários:

Custos Variáveis são aqueles que variam de acordo com o volume de produção.

Exemplo: Matéria-prima. Quanto maior a quantidade produzida, maior o consumo de matéria-prima.

Custos Fixos são aqueles que não sofrem variação em função da quantidade produzida.

Exemplo: **Aluguel da fábrica**. O seu valor independe da quantidade produzida.

Custos diretos são aqueles que podem ser diretamente apropriados aos produtos.

Exemplo: matéria-prima, mão de obra direta, embalagens, etc.

Custos Indiretos são aqueles que não podem ser diretamente apropriados aos produtos. A sua alocação é feita de maneira estimada e muitas vezes arbitrária.

Exemplo: **Aluguel da fábrica**, supervisão, chefia, etc.

Gabarito → Errado.

10. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

Com relação aos conceitos e às classificações aplicáveis a custos de produção, assinale a opção correta.

A) A energia elétrica é considerada um custo primário.

B) A classificação de um custo em direto ou indireto depende da sua relação com o volume de produção.

C) O aluguel de um imóvel onde funciona a fábrica será classificado como custo variável quando sujeito a reajuste anual de valor.



D) Um custo é considerado fixo somente dentro de um intervalo relevante cujo limite é a capacidade instalada da empresa.

E) A matéria-prima é um exemplo típico de custo de transformação.

Comentários:

A) A energia elétrica é considerada um custo primário.

Item incorreto. Custo primário: Matéria Prima + Mão de Obra Direta

B) A classificação de um custo em direto ou indireto depende da sua relação com o volume de produção.

Item incorreto.

Custos diretos são aqueles que podem ser diretamente apropriados aos produtos.

Exemplo: matéria-prima, mão de obra direta, embalagens, etc.

Custos Indiretos são aqueles que não podem ser diretamente apropriados aos produtos. A sua alocação é feita de maneira estimada e muitas vezes arbitrária.

Exemplo: Aluguel da fábrica, supervisão, chefia, etc.

(Eliseu Martins, “Contabilidade de Custos”.)

C) O aluguel de um imóvel onde funciona a fábrica será classificado como custo variável quando sujeito a reajuste anual de valor.

Item incorreto. O reajuste anual do aluguel não o torna custo variável.

D) Um custo é considerado fixo somente dentro de um intervalo relevante cujo limite é a capacidade instalada da empresa.

Este é o nosso gabarito. Custos fixos são aqueles que não dependem do volume de produção, levando-se em conta um **intervalo relevante de tempo**. Este custo ocorre mesmo no caso de não haver produção.

E) A matéria-prima é um exemplo típico de custo de transformação.

Custos de Transformação: soma de todos os Custos de Produção, exceto os relativos a matérias-primas e outros eventuais adquiridos e empregados sem nenhuma modificação pela empresa (componentes adquiridos prontos, embalagens compradas, etc.). (Eliseu Martins, “Contabilidade de Custos”.)

Gabarito → D.

11. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

Os itens que podem ser reconhecidos como custo dos estoques incluem:

a) lote de matérias-primas danificado por queda durante seu deslocamento até a área produtiva.



- b) salários e encargos do almoxarife responsável pelo estoque de produtos em processamento.
- c) custos de telefonia e salários e encargos do departamento de compra de matérias-primas industrializáveis.
- d) fretes e seguros relativos aos produtos acabados comercializados.
- e) encargos financeiros cobrados em aquisição de matérias primas a prazo.

Comentários:

Vamos lá!

a) lote de matérias-primas danificado por queda durante seu deslocamento até a área produtiva.

Não é custo do estoque. Trata-se de perda anormal e, portanto, deverá ir para despesa no resultado.

b) salários e encargos do almoxarife responsável pelo estoque de produtos em processamento.

Com relação à armazenagem, ocorre a seguinte distinção: **quando a empresa compra matéria prima, pode ser necessário armazená-la por algum tempo, antes de utilizá-la na produção. Tais gastos com armazenagem são incluídos no custo da produção.**

Esquematizemos:



Gabarito!

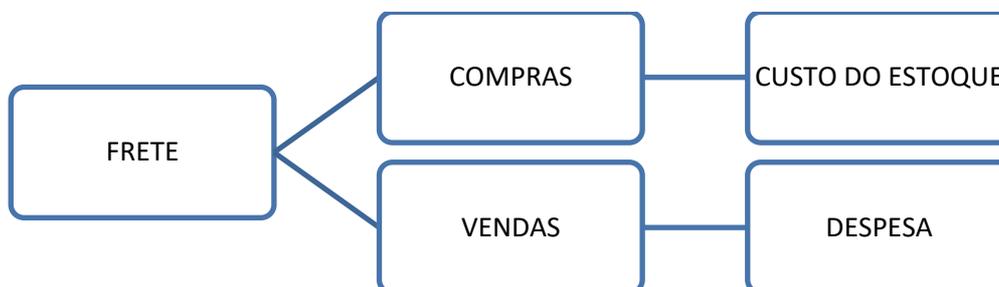
c) custos de telefonia e salários e encargos do departamento de compra de matérias-primas industrializáveis.

Como se trata de atividade administrativa, não é considerado custo, mas sim despesa.

d) fretes e seguros relativos aos produtos acabados comercializados.

Portanto, o frete sobre venda é considerado despesa.

Esquematizemos:



e) encargos financeiros cobrados em aquisição de matérias primas a prazo.

18. A entidade geralmente compra estoques com condição para pagamento a prazo. A negociação pode efetivamente conter um elemento de financiamento, como, por exemplo, uma diferença entre o preço de aquisição em condição normal de pagamento e o valor pago; essa diferença deve ser reconhecida como despesa de juros durante o período do financiamento.

Gabarito → B.

12. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)

Entre os custos de uma empresa incluem-se os gastos com a compra de matéria-prima.

Comentários:

O gabarito preliminar era Errado. Mas a Banca alterou para “Certo”.

Aparentemente, o gabarito inicial foi baseado no momento da aquisição da matéria prima, quando deve ser classificada como Investimento:

Investimento: Gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s). (Eliseu Martins, “Contabilidade de Custos”.)

Os investimentos são os gastos que ficam “estocados” nos Ativos da empresa, e que são baixados através da venda ou do seu consumo.

Podem ser de diversas naturezas e de períodos de ativação variados.

A matéria-prima é um gasto contabilizado temporariamente como investimento circulante.

Mas, se considerarmos um período de tempo mais longo, após a aquisição, a classificação muda. Ai, temos o seguinte:

No momento da sua aquisição, a matéria-prima é um gasto. Ao ser estocada, transforma-se em Investimento. Ao ser utilizada na produção, torna-se custo. Caso o produto acabado resultante volte ao estoque, volta a ser considerada investimento. Finalmente, transforma-se em despesa quando ocorre a venda do produto.

Portanto, entre os custos de uma empresa incluem-se os gastos com a compra de matéria-prima. A assertiva está correta.

A Banca justificou a alteração do gabarito da seguinte forma:

Gabarito preliminar: E. Gabarito definitivo: C Deferido c/ alteração
De fato, os custos de uma empresa incluem os gastos com a compra de matéria prima.

Gabarito preliminar → Errado.

Gabarito definitivo → Certo.



13. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)

Gastos efetuados com salários, comissões sobre vendas e juros bancários, por exemplo, são considerados despesas, uma vez que estão relacionados à venda de produtos e serviços para a geração de receitas.

Comentários:

Os gastos com comissões sobre vendas e juros bancários são considerados despesas. Mas a questão peca ao mencionar “salários”.

O salário do pessoal administrativo é despesa.

Mas o salário dos funcionários ligados diretamente à produção é custo.

Por não especificar qual o tipo de salário a ser considerado na resposta, solicitamos a anulação da questão.

Justificativa da Banca:

Gabarito preliminar: C. Gabarito definitivo: Deferido c/ anulação
Os salários podem ser considerados custo ou despesa, dependendo de sua finalidade.

Gabarito preliminar → Correto.

Gabarito definitivo → Anulado.

14. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)

Investimentos são os gastos essenciais à produção, como aqueles realizados, por exemplo, com o objetivo de adquirir novos produtos ou serviços.

Comentários:

Errado. Este é o conceito de custo.

Custos – São os gastos essenciais à produção, pois os fatores produtivos são utilizados com o objetivo de adquirir novos produtos ou serviços. Ex.: consumo de matéria-prima, energia, salários e encargos sociais dos empregados da produção, depreciação dos bens da fábrica e material de embalagem;

Gabarito → Errado.

15. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)

Como os custos variáveis estão inversamente relacionados com o volume de produção, quanto maior a quantidade produzida, menores serão os custos variáveis totais de produção.

Comentários:

O item está incorreto. Sabemos que:

Custo Variável:



Unitário: Não sofre alteração

Total: Apresenta alteração proporcional ao volume produzido

Custo Fixo:

Unitário: Apresenta alteração inversamente proporcional ao volume produzido.

Total: Não sofre alteração

Gabarito → Errado.

16. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)

Custos semifixos variam com o nível de produção de bens ou serviços, mas ocorrem, ainda que caiam, mesmo que não ocorra uma produção, como é o caso dos gastos com a conta de energia elétrica da fábrica e a de telefone.

Comentários:

A banca foi infeliz no enunciado, que ficou confuso. Afirma que os custos semifixos variam como nível de produção de bens e serviços, e, mesmo que não ocorra uma produção, os custos semifixos existem, ainda que seu valor diminua.

Essa é a definição de custo semi variável.

Vejamos as definições:

Custos semifixos: Em princípios, são custos fixos; mas, com o aumento da produção, ocorre um aumento em tais custos. Depois que se ajustam à nova posição, voltam a apresentar características de custo fixo. Por exemplo, uma empresa pode ter um departamento de manutenção com 5 funcionários. Com o aumento da produção (e portanto com a aquisição de novas máquinas e equipamentos), pode ser necessário contratar mais um funcionário, o que eleva o custo do departamento de manutenção. Depois da contratação do funcionário adicional, ainda que a produção aumente até certo nível, não será necessário contratar outro funcionário (volta a ter características de custo fixo).

Custos semi variáveis: São aqueles que possuem em seu valor uma parcela fixa e outra variável. Isto é, têm um comportamento de custo fixo até certo momento e depois se comportam como custo variável. O exemplo clássico é a conta de energia elétrica: mesmo que o consumo seja zero, há uma parcela fixa a pagar. Depois de certa quantidade consumida, passa a ter também uma parcela variável.

Gabarito → Errado.

17. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)

Em tese, os custos diretos correspondem aos gastos facilmente mensurados e diretamente aplicados à produção, como, por exemplo, os referentes a mão de obra direta e consumo de materiais diretos.

Comentários:



Custos diretos são aqueles que podem ser diretamente apropriados aos produtos. Exemplo: matéria-prima, mão de obra direta, embalagens, etc.

Custos Indiretos são aqueles que não podem ser diretamente apropriados aos produtos. A sua alocação é feita de maneira estimada e muitas vezes arbitrária. Exemplo: Aluguel da fábrica, supervisão, chefia, etc. (Eliseu Martins, “Contabilidade de Custos”.)

Gabarito → Correto.

18. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)

Custos com aluguel de fábrica, mão de obra indireta, manutenção da fábrica e material indireto devem respeitar um critério de rateio e são facilmente apropriáveis ao custo do produto; por isso, eles constituem gastos indiretos.

Comentários:

Custos Indiretos são aqueles que não podem ser diretamente apropriados aos produtos. A sua alocação é feita de maneira estimada e muitas vezes arbitrária. Exemplo: Aluguel da fábrica, supervisão, chefia, etc. (Eliseu Martins, “Contabilidade de Custos”.)

O item peca ao dizer que são facilmente apropriáveis ao custo do produto.

Gabarito → Errado.

19. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)

Quanto maior for o volume de produção, maior será o custo fixo por unidade produzida.

Comentários:

O item está incorreto. Sabemos que:

Custo Variável:

Unitário: Não sofre alteração

Total: Apresenta alteração proporcional ao volume produzido

Custo Fixo:

Unitário: Apresenta alteração inversamente proporcional ao volume produzido. Portanto, quanto maior o volume de produção, menor o custo fixo por unidade produzida.

Total: Não sofre alteração

Gabarito → Errado.

20. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)

O custo total unitário pode ser calculado de duas maneiras distintas: somando-se o custo fixo unitário com o custo variável unitário ou dividindo-se o custo total — que é a soma dos custos fixos e dos custos variáveis — pela quantidade produzida.

Comentários:



Suponhamos. 1.000 produtos, que possuem custo fixo unitário de R\$ 5,00 cada e custo variável unitário de R\$ 1,00.

Qual o custo total unitário? Ora, podemos somar custo fixo unitário com o custo variável unitário ($5 + 1 = 6$).

Ou podemos, também, conhecendo o custo total R\$ 6.000,00, dividir pelo total produzido ($6.000/1.000 = 6,00$)

Gabarito → Correto.

21. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)

Calcula-se o custo fixo unitário dividindo-se o custo fixo total pela quantidade produzida. Assim, com o aumento da quantidade produzida, diminui-se o custo fixo unitário.

Comentários:

O item está correto. Conforme dissemos em nosso curso:

Custo Variável:

Unitário: Não sofre alteração

Total: Apresenta alteração proporcional ao volume produzido

Custo Fixo:

Unitário: Apresenta alteração inversamente proporcional ao volume produzido. Portanto, quanto maior o volume de produção, menor o custo fixo por unidade produzida.

Total: Não sofre alteração

Gabarito → Correto.

22. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)

O custo variável total cresce com o aumento da produção do bem, estando, portanto, relacionado com a quantidade produzida.

Comentários:

O item está correto. Conforme dissemos em nosso curso:

Custo Variável:

Unitário: Não sofre alteração

Total: Apresenta alteração proporcional ao volume produzido

Custo Fixo:

Unitário: Apresenta alteração inversamente proporcional ao volume produzido. Portanto, quanto maior o volume de produção, menor o custo fixo por unidade produzida.

Total: Não sofre alteração

Gabarito → Correto.



23. (CESPE/SUFRAMA/Contador/2014)

Acerca de endividamento das empresas, seus custos, itens do patrimônio líquido e demonstração do resultado abrangente, julgue o item seguinte.

Em uma empresa industrial, as despesas de aluguéis da fábrica são computadas como custos indiretos de fabricação.

Comentários:

Custos diretos são aqueles que podem ser diretamente apropriados aos produtos. Exemplo: matéria-prima, mão de obra direta, embalagens, etc.

Custos Indiretos são aqueles que não podem ser diretamente apropriados aos produtos. A sua alocação é feita de maneira estimada e muitas vezes arbitrária. Exemplo: Aluguel da fábrica, supervisão, chefia, etc. (Eliseu Martins, “Contabilidade de Custos”.)

A questão menciona “despesas de aluguéis da fábrica”. Melhor seria se mencionasse “custos de aluguéis da fábrica”. Enfim... Apesar dessa falha do enunciado, a questão foi considerada correta.

Gabarito → Correto.

24. (CESPE/TEM/Contador/2014)

A respeito dos sistemas de custos e suas aplicações no ambiente organizacional, julgue o item a seguir.

Em uma indústria, o consumo de água e luz poderá incorporar o estoque.

Comentários:

Se o consumo de água e de luz for usado na fábrica, será incorporado ao estoque, na forma de custo da produção.

Gabarito → Correto.

25. (CESPE/CADE/Contador/2014)

Com relação à contabilidade de custos, julgue o item que se segue.

A requisição de material direto ou indireto para a produção de determinado bem representa custos de transformação.

Comentários:

Vejamos a definição de Custos de Transformação:

Custos de Transformação: soma de todos os Custos de Produção, exceto os relativos a matérias-primas e outros eventuais adquiridos e empregados sem nenhuma



modificação pela empresa (componentes adquiridos prontos, embalagens compradas, etc.). (Eliseu Martins, “Contabilidade de Custos”.)

Portanto, material direto ou indireto não são parte dos custos de transformação.

Gabarito → Errado.

26. (CESPE/CADE/Contador/2014)

Com relação à contabilidade de custos, julgue o item que se segue.

Em uma empresa de calçados, os custos relativos a embalagens devem ser classificados como custos diretos e primários.

Comentários:

As embalagens são custos diretos (podem ser alocadas diretamente ao produto, sem a necessidade de rateios).

Mas embalagens não são custos primários. Vejamos a definição:

Custos Primários: soma de matéria-prima com mão de obra direta. Não são a mesma coisa que Custos Diretos, já que nos Primários só estão incluídos aqueles dois itens. Assim, a embalagem é um Custo Direto, mas não Primário. (Eliseu Martins, “Contabilidade de Custos”.)

Gabarito → Errado

27. (CESPE/TELEBRAS/Contador/2013)

A depreciação de uma máquina que é utilizada na produção de vários tipos de produtos deve ser classificada como custo direto de fabricação.

Comentários:

Vamos relembrar rapidamente a diferença entre Custo Direto e Custo Indireto:

Custos diretos são aqueles que podem ser diretamente apropriados aos produtos. Exemplo: matéria-prima, mão de obra direta, embalagens, etc.

Custos indiretos são aqueles que não podem ser diretamente apropriados aos produtos. A sua alocação é feita de maneira estimada e muitas vezes arbitrária. Exemplo: Aluguel da fábrica, supervisão, chefia, etc. (Eliseu Martins, “Contabilidade de Custos”.)

Cada vez que é necessário utilizar qualquer fator de rateio para a apropriação ou cada vez que há o uso de estimativas e não de medição direta, o custo é considerado indireto.

Portanto, a depreciação de uma máquina usada na produção de vários tipos de produto é um custo indireto. A depreciação deverá ser rateada aos diversos produtos.



Gabarito → Errado.

Julgue os itens a seguir, acerca dos sistemas de custos e informações gerenciais para tomada de decisão.

28. CESPE/TELEBRAS/Contador/2013)

O frete relativo às vendas de mercadorias constitui custos do período, devendo ser levados a resultado no exercício de ocorrência do fato gerador.

Comentário:

A regra para classificação dos gastos com frete é a seguinte:

Frete sobre compras (matéria prima, mercadoria) → **CUSTO**
Frete sobre venda → **DESPESA**

A questão usa uma terminologia inadequada, ao mencionar que “o frete das vendas constitui custos do período...”. O correto seria “despesa”.

Mas essa questão foi considerada correta pela banca.

Gabarito → Certo.

29. (CESPE/TELEBRAS/Contador/2013)

O valor normal do desperdício ou sobra de matéria prima no processo produtivo deve ser incluído como custo do período.

Comentários:

Perdas normais no processo de produção: são consideradas parte do custo dos produtos.

Perdas anormais: vão diretamente para o resultado do período.

Assim, o valor normal do desperdício ou sobra de matéria prima no processo produtivo deve ser incluído como custo do **PRODUTO**, e não custo do período.

O CESPE usa a expressão “Custo do Período” para as Despesas que entram diretamente no Resultado do Período. Se aparecer na sua prova, aceite, embora o mais correto seja Despesa.

Gabarito → Errado.

30. (CESPE/TELEBRAS/Contador/2013)

O custo do produto acabado e não vendido deve ser ativado na conta de estoque de produtos acabados até o momento da venda, quando, então, deverá ser baixado para custo do produto vendido.

Comentários:

O produto acabado e não vendido fica classificado no Estoque de Produtos Acabados. Quando ocorre a venda, o custo entra no Resultado do período como Custo dos Produtos Vendidos.



Gabarito → Certo.

31. (CESPE/TCU/Auditor Controle Externo/2013)

Com relação aos sistemas de custos, julgue os itens a seguir.

Os custos são gastos essenciais à produção, visto que os fatores produtivos são utilizados com o objetivo de adquirir novos produtos ou serviços.

Comentários:

Segundo o Prof. Eliseu Martins, “Custos é o gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.”

De onde veio esse “adquirir”?

Bem, pesquisando na internet, encontrei a seguinte definição do Prof. Luiz Serudo Martins Neto:

“custos – são os gastos essenciais à produção, pois os fatores produtivos são utilizados com o objetivo de adquirir novos produtos ou serviços.”(Capturado em http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/contabilidade_de_custos.pdf “)

Parece que o CESPE se baseou na definição do Prof. Luiz Serudo Martins Neto.

Gabarito → Certo.

32. (CESPE/TCU/Auditor Controle Externo/2013)

Acerca da classificação de custos, julgue os itens que se seguem.

Os custos indiretos são aqueles gastos que necessitam de um critério de rateio, pois não são facilmente identificáveis. São exemplos de custos indiretos o aluguel da fábrica, a mão de obra indireta e a manutenção da fábrica.

Comentários:

Segundo o Prof. Eliseu Martins:

Custos indiretos são aqueles que não podem ser diretamente apropriados aos produtos. A sua alocação é feita de maneira estimada e muitas vezes arbitrária. Exemplo: Aluguel da fábrica, supervisão, chefia, etc. (Eliseu Martins, “Contabilidade de Custos”.)

Os custos indiretos necessitam de um critério de rateio, para serem apropriados aos produtos.

Mas parece que o CESPE copiou a definição do Prof. Luiz Serudo Martins Neto:

Os custos indiretos são aqueles gastos que necessitam de um critério de rateio, pois eles não são facilmente identificáveis. São exemplos de custos indiretos: aluguel da fábrica, mão de obra indireta, manutenção da fábrica e material indireto. (Luiz Serudo Martins Neto, capturado em



http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/contabilidade_de_custos.pdf

Gabarito → Certo.

33. (CESPE/TCU/Auditor Controle Externo/2013)

Os custos variáveis dependem da quantidade produzida e estão diretamente relacionados com o volume de produção. Se não houver produção, não haverá custos variáveis.

Comentários:

Vejamos a definição:

Custos variáveis são aqueles que variam de acordo com o volume de produção. Exemplo: Matéria-prima. Quanto maior a quantidade produzida, maior o consumo de matéria-prima.

Demos como exemplo custo de pneus, na fabricação de automóveis. Cada veículo usa 5 pneus; se a empresa produzir 1000 veículos, irá usar 5.000 pneus; se produzir 2.000 veículos, serão 10.000 pneus.

E se não produzir nenhum veículo?

Bem, nesse caso, não irá gastar nenhum pneu, e o custo variável será zero.

Gabarito → Certo.

34. (CESPE/TCU/Auditor Controle Externo/2013)

Os custos diretos são aqueles gastos que independem das quantidades produzidas e permanecem constantes em determinado intervalo de volume de produção.

Comentários:

A definição acima é a definição de Custo Fixo.

Os **Custos diretos** são aqueles que podem ser diretamente apropriados aos produtos. Exemplo: matéria-prima, mão de obra direta, embalagens, etc.

Gabarito → Errado.

35. CESPE/TJ-ES/Analista Contabilidade/2011)

Com base nos conceitos e aplicações de custos julgue os itens.

Os custos de transformação de estoques incluem os custos indiretos de produção variáveis, que variam conforme a quantidade produzida. Os custos indiretos de produtos fixos, que independem do volume da produção, são considerados despesas operacionais, não compondo o lucro bruto.

Comentários:



Custos de Transformação: soma de todos os Custos de Produção, exceto os relativos a matérias-primas e outros eventuais adquiridos e empregados sem nenhuma modificação pela empresa (componentes adquiridos prontos, embalagens compradas, etc.). (Eliseu Martins, “Contabilidade de Custos”).

Representam esses Custos de Transformação o valor do esforço da própria empresa no processo de elaboração de um determinado item (mão de obra direta e indireta, energia, materiais de consumo industrial, etc.).

Vamos analisar as assertivas:

“Os custos de transformação de estoques incluem os custos indiretos de produção variáveis, que variam conforme a quantidade produzida.” Correto

“Os custos indiretos de produtos fixos, que independem do volume da produção, são considerados despesas operacionais, não compondo o lucro bruto.”

ERRADO. Esse é o procedimento para o custeio Variável. Os custos de transformação incluem os custos indiretos fixos.

Gabarito → Errado.

Em relação aos custos para a tomada de decisões empresariais, julgue as questões abaixo.

36. (CESPE/TJ-AL/Analista Contabilidade/2012 - ADAPTADA)

custo fixo por unidade produzida não varia em função da quantidade total de produção.

Comentário:

O custo fixo não muda no valor total, mas o valor unitário muda, em função da quantidade produzida.

Gabarito → Errado.

37. (CESPE/TJ-AL/Analista Contabilidade/2012 - ADAPTADA)

Além dos custos fixos e variáveis, existem os custos semi variáveis, como, por exemplo, o aluguel de um galpão industrial.

Comentário:

O aluguel de um galpão é um custo fixo.

Vamos relembrar os conceitos:

Alguns autores usam a classificação de custos semifixos e custos semi variáveis, como segue:

Custos semifixos: Em princípios, são custos fixos; mas, com o aumento da produção, ocorre um aumento em tais custos. Depois que se ajustam à nova posição, voltam a apresentar características de custo fixo. Por exemplo, uma empresa pode ter um departamento de manutenção com 5 funcionários. Com o aumento da produção (e

portanto com a aquisição de novas máquinas e equipamentos), pode ser necessário contratar mais um funcionário, o que eleva o custo do departamento de manutenção. Depois da contratação do funcionário adicional, ainda que a produção aumente até certo nível, não será necessário contratar outro funcionário (volta a ter características de custo fixo).

Custos semi variáveis: São aqueles que possuem em seu valor uma parcela fixa e outra variável. Isto é, têm um comportamento de custo fixo até certo momento e depois se comportam como custo variável. O exemplo clássico é a conta de luz: mesmo que o consumo seja zero, há uma parcela fixa a pagar. Depois de certa quantidade consumida, passa a ter também uma parcela variável.

Gabarito → Errado.

38. (CESPE/TJ-AL/Analista Contabilidade/2012 - ADAPTADA)

valor total dos custos e despesas variáveis (CDVs) varia proporcionalmente à quantidade de unidades do produto fabricado. Contudo, os CDVs por unidade de produto fabricado são fixos.

Comentários:

Custo Variável:

Unitário: Não sofre alteração

Total : apresenta alteração proporcional ao volume produzido

Custo Fixo:

Unitário: apresenta alteração inversamente proporcional ao volume produzido.

Total : Não sofre alteração

Veja explicação detalhada na pg. 17 desta aula.

Gabarito → Certo.

39. (CESPE/Auditor Fiscal/ICMS/ES/2009)

Com relação aos conceitos e aplicações de custos, julgue os próximos itens

Em um departamento que produza um bem para o mercado interno e o mesmo bem, com características diferentes, para exportação, a remuneração do gerente constituirá custo direto em relação a cada tipo desse bem, e indireto em relação ao departamento.

Comentários:

A assertiva está errada. É o contrário. Com relação aos produtos, a remuneração do gerente deverá ser apropriada por rateio, constituindo, assim, custo indireto.

Já com relação ao departamento, tal remuneração pode ser apropriada diretamente, sendo um custo direto.

Gabarito → Errado.



40. (CESPE/Petrobras/Técnico de Contabilidade/2007)

A respeito dos diversos conceitos de custos, julgue os próximos itens.

A remuneração do pessoal incumbido da manutenção e vigilância da fábrica constitui custo direto quando envolve mão-de-obra assalariada e é exclusiva da área de produção.

Comentário:

Custo direto é aquele que pode ser atribuído diretamente aos produtos. Os gastos de manutenção e vigilância da fábrica só podem ser alocados através de rateio, sendo, portanto, custo indireto.

Gabarito → Errada.

13 - LISTA DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA

1. (CESPE/Analista/Contabilidade/TRE/PE/2017)

A tabela a seguir apresenta a relação de receitas, custos e despesas de uma sociedade industrial que produz determinado produto.

contas	valor (em R\$)
mão de obra indireta	104.000
salário dos operadores de produção	150.000
energia elétrica do escritório de vendas	6.000
salário dos vigilantes da fábrica	27.000
embalagem utilizada na produção	2.000
salário da secretária do escritório de vendas	2.500
matéria-prima utilizada na produção	47.000
aluguel da fábrica	12.500
receita de vendas	1.020.000
impostos sobre vendas	180.000
energia elétrica da fábrica	4.000
depreciação de veículos de entrega	6.000

A partir dos dados apresentados nessa tabela, assinale a opção correta, a respeito do custeio por absorção.

- A) As despesas totalizaram R\$ 16.500.
- B) Os custos indiretos de fabricação da sociedade totalizaram R\$ 147.500.
- C) A depreciação dos veículos de entrega compõe o valor total dos custos indiretos de fabricação.
- D) Os custos diretos dessa sociedade são superiores a R\$ 202.500.



E) Se a indústria produziu 1.000 unidades do referido produto, o custo de produção unitário foi de R\$ 352,50.

2. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

O evento contábil que deve ser classificado como custo de produção do período em que tenha ocorrido é

- A) a perda normal de matéria-prima durante o processo produtivo.
- B) o gasto com entrega dos produtos fabricados aos clientes por ocasião de sua venda.
- C) o juro incidente sobre os recursos obtidos em bancos para o financiamento da produção.
- D) a aquisição de matéria-prima para utilização futura no processo de produção.
- E) a depreciação de máquinas utilizadas no setor de contabilidade.

3. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

O custo de produção que se caracteriza como um custo variável é

- A) o salário do pessoal encarregado da limpeza da fábrica, equivalente a três salários mínimos.
- B) o salário de operários temporários cuja remuneração é baseada na quantidade de horas trabalhadas.
- C) a depreciação do prédio onde funciona a fábrica, calculada pelo método da linha reta.
- D) a energia elétrica consumida pelas lâmpadas da sala onde funciona a gerência da fábrica.
- E) o aluguel de máquinas.

4. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE/SC/2016)

Em uma empresa industrial, a conta da energia elétrica consumida na fábrica é um gasto classificado como custo e a conta da energia elétrica utilizada pelo departamento de vendas é um gasto classificado como despesa.

5. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE/SC/2016)

A matéria-prima é considerada um investimento no momento de sua aquisição, e torna-se um custo ao ser utilizada para a geração do produto.

6. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE/SC/2016)

O custo da produção em determinado período será convertido integralmente em despesa no momento em que os produtos fabricados forem entregues ao cliente.

7. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE/SC/2016)

Caso ocorra um incêndio de grandes proporções em um estoque de matérias-primas, o valor do material destruído deverá ser reconhecido como custo de produção do período em que ocorreu o sinistro.



A fábrica de uma indústria que produz bens diversos funciona em um imóvel alugado. O valor do aluguel é reajustado anualmente com base na variação IGP-M. Cada tipo de produto é fabricado em espaço específico da fábrica, sendo do conhecimento da empresa a área destinada à produção de cada um desses produtos.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

8. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE/SC/2016)

A indústria em questão dispõe de elementos suficientes para eliminar a subjetividade e a arbitrariedade que envolvem a escolha de critérios de rateio para o cálculo do custo de aluguel por tipo de produto fabricado.

9. (CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE/SC/2016)

O aluguel da fábrica deve ser classificado como custo variável e indireto.

10. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

Com relação aos conceitos e às classificações aplicáveis a custos de produção, assinale a opção correta.

- A) A energia elétrica é considerada um custo primário.
- B) A classificação de um custo em direto ou indireto depende da sua relação com o volume de produção.
- C) O aluguel de um imóvel onde funciona a fábrica será classificado como custo variável quando sujeito a reajuste anual de valor.
- D) Um custo é considerado fixo somente dentro de um intervalo relevante cujo limite é a capacidade instalada da empresa.
- E) A matéria-prima é um exemplo típico de custo de transformação.

11. (CESPE/Perito Criminal–Ciências Contábeis/PC/PE/2016)

Os itens que podem ser reconhecidos como custo dos estoques incluem:

- a) lote de matérias-primas danificado por queda durante seu deslocamento até a área produtiva.
- b) salários e encargos do almoxarife responsável pelo estoque de produtos em processamento.
- c) custos de telefonia e salários e encargos do departamento de compra de matérias-primas industrializáveis.
- d) fretes e seguros relativos aos produtos acabados comercializados.
- e) encargos financeiros cobrados em aquisição de matérias primas a prazo.

12. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)

Entre os custos de uma empresa incluem-se os gastos com a compra de matéria-prima.

13. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)



Gastos efetuados com salários, comissões sobre vendas e juros bancários, por exemplo, são considerados despesas, uma vez que estão relacionados à venda de produtos e serviços para a geração de receitas.

14. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)

Investimentos são os gastos essenciais à produção, como aqueles realizados, por exemplo, com o objetivo de adquirir novos produtos ou serviços.

15. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)

Como os custos variáveis estão inversamente relacionados com o volume de produção, quanto maior a quantidade produzida, menores serão os custos variáveis totais de produção.

16. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)

Custos semifixos variam com o nível de produção de bens ou serviços, mas ocorrem, ainda que caiam, mesmo que não ocorra uma produção, como é o caso dos gastos com a conta de energia elétrica da fábrica e a de telefone.

17. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)

Em tese, os custos diretos correspondem aos gastos facilmente mensurados e diretamente aplicados à produção, como, por exemplo, os referentes a mão de obra direta e consumo de materiais diretos.

18. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)

Custos com aluguel de fábrica, mão de obra indireta, manutenção da fábrica e material indireto devem respeitar um critério de rateio e são facilmente apropriáveis ao custo do produto; por isso, eles constituem gastos indiretos.

19. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)

Quanto maior for o volume de produção, maior será o custo fixo por unidade produzida.

20. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)

O custo total unitário pode ser calculado de duas maneiras distintas: somando-se o custo fixo unitário com o custo variável unitário ou dividindo-se o custo total — que é a soma dos custos fixos e dos custos variáveis — pela quantidade produzida.

21. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)

Calcula-se o custo fixo unitário dividindo-se o custo fixo total pela quantidade produzida. Assim, com o aumento da quantidade produzida, diminui-se o custo fixo unitário.

22. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)

O custo variável total cresce com o aumento da produção do bem, estando, portanto, relacionado com a quantidade produzida.

23. (CESPE/SUFRAMA/Contador/2014)

Acerca de endividamento das empresas, seus custos, itens do patrimônio líquido e demonstração do resultado abrangente, julgue o item seguinte.



Em uma empresa industrial, as despesas de aluguéis da fábrica são computadas como custos indiretos de fabricação.

24. (CESPE/TEM/Contador/2014)

A respeito dos sistemas de custos e suas aplicações no ambiente organizacional, julgue o item a seguir.

Em uma indústria, o consumo de água e luz poderá incorporar o estoque.

25. (CESPE/CADE/Contador/2014)

Com relação à contabilidade de custos, julgue o item que se segue.

A requisição de material direto ou indireto para a produção de determinado bem representa custos de transformação.

26. (CESPE/CADE/Contador/2014)

Com relação à contabilidade de custos, julgue o item que se segue.

Em uma empresa de calçados, os custos relativos a embalagens devem ser classificados como custos diretos e primários.

27. (CESPE/TELEBRAS/Contador/2013)

A depreciação de uma máquina que é utilizada na produção de vários tipos de produtos deve ser classificada como custo direto de fabricação.

Julgue os itens a seguir, acerca dos sistemas de custos e informações gerenciais para tomada de decisão.

28. CESPE/TELEBRAS/Contador/2013)

O frete relativo às vendas de mercadorias constitui custos do período, devendo ser levados a resultado no exercício de ocorrência do fato gerador.

29. (CESPE/TELEBRAS/Contador/2013)

O valor normal do desperdício ou sobra de matéria prima no processo produtivo deve ser incluído como custo do período.

30. (CESPE/TELEBRAS/Contador/2013)

O custo do produto acabado e não vendido deve ser ativado na conta de estoque de produtos acabados até o momento da venda, quando, então, deverá ser baixado para custo do produto vendido.

31. (CESPE/TCU/Auditor Controle Externo/2013)

Com relação aos sistemas de custos, julgue os itens a seguir.

Os custos são gastos essenciais à produção, visto que os fatores produtivos são utilizados com o objetivo de adquirir novos produtos ou serviços.

32. (CESPE/TCU/Auditor Controle Externo/2013)



Acerca da classificação de custos, julgue os itens que se seguem.

Os custos indiretos são aqueles gastos que necessitam de um critério de rateio, pois não são facilmente identificáveis. São exemplos de custos indiretos o aluguel da fábrica, a mão de obra indireta e a manutenção da fábrica.

33. (CESPE/TCU/Auditor Controle Externo/2013)

Os custos variáveis dependem da quantidade produzida e estão diretamente relacionados com o volume de produção. Se não houver produção, não haverá custos variáveis.

34. (CESPE/TCU/Auditor Controle Externo/2013)

Os custos diretos são aqueles gastos que independem das quantidades produzidas e permanecem constantes em determinado intervalo de volume de produção.

35. CESPE/TJ-ES/Analista Contabilidade/2011)

Com base nos conceitos e aplicações de custos julgue os itens.

Os custos de transformação de estoques incluem os custos indiretos de produção variáveis, que variam conforme a quantidade produzida. Os custos indiretos de produtos fixos, que independem do volume da produção, são considerados despesas operacionais, não compoendo o lucro bruto.

Em relação aos custos para a tomada de decisões empresariais, julgue as questões abaixo.

36. (CESPE/TJ-AL/Analista Contabilidade/2012 - ADAPTADA)

custo fixo por unidade produzida não varia em função da quantidade total de produção.

37. (CESPE/TJ-AL/Analista Contabilidade/2012 - ADAPTADA)

Além dos custos fixos e variáveis, existem os custos semi variáveis, como, por exemplo, o aluguel de um galpão industrial.

38. (CESPE/TJ-AL/Analista Contabilidade/2012 - ADAPTADA)

valor total dos custos e despesas variáveis (CDVs) varia proporcionalmente à quantidade de unidades do produto fabricado. Contudo, os CDVs por unidade de produto fabricado são fixos.

39. (CESPE/Auditor Fiscal/ICMS/ES/2009)

Com relação aos conceitos e aplicações de custos, julgue os próximos itens

Em um departamento que produza um bem para o mercado interno e o mesmo bem, com características diferentes, para exportação, a remuneração do gerente constituirá custo direto em relação a cada tipo desse bem, e indireto em relação ao departamento.

40. (CESPE/Petrobras/Técnico de Contabilidade/2007)

A respeito dos diversos conceitos de custos, julgue os próximos itens.

A remuneração do pessoal incumbido da manutenção e vigilância da fábrica constitui custo direto quando envolve mão-de-obra assalariada e é exclusiva da área de produção.



14 - GABARITO DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA



QUESTÃO	GABARITO	QUESTÃO	GABARITO
1	B	21	CERTO
2	A	22	CERTO
3	B	23	CERTO
4	CERTO	24	CERTO
5	CERTO	25	ERRADO
6	ANULADA	26	ERRADO
7	ERRADO	27	ERRADO
8	ANULADA	28	CERTO
9	ERRADO	29	ERRADO
10	D	30	CERTO
11	B	31	CERTO
12	CERTO	32	CERTO
13	ANULADA	33	CERTO
14	ERRADO	34	ERRADO
15	ERRADO	35	ERRADO
16	ERRADO	36	ERRADO
17	CERTO	37	ERRADO
18	ERRADO	38	CERTO
19	ERRADO	39	ERRADO
20	CERTO	40	ERRADO

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.